

**Bruxelas, 8 de setembro de 2025
(OR. en)**

12600/25

**COASI 94
ASIE 29
CFSP/PESC 1307
PE 59
ECOFIN 1141
WTO 70
COHOM 136**

NOTA DE ENVIO

de:	Secretária-geral da Comissão Europeia, com a assinatura de Martine DEPREZ, diretora
data de receção:	8 de setembro de 2025
para:	Thérèse BLANCHET, secretária-geral do Conselho da União Europeia
n.º doc. Com.:	JOIN(2025) 19 final
Assunto:	RELATÓRIO CONJUNTO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO Região Administrativa Especial de Hong Kong Relatório Anual 2024

Envia-se em anexo, à atenção das delegações, o documento JOIN(2025) 19 final.

Anexo: JOIN(2025) 19 final



COMISSÃO
EUROPEIA

ALTO REPRESENTANTE
DA UNIÃO PARA OS
NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E A
POLÍTICA DE SEGURANÇA

Bruxelas, 8.9.2025
JOIN(2025) 19 final

RELATÓRIO CONJUNTO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO

Região Administrativa Especial de Hong Kong

Relatório Anual 2024

RELATÓRIO CONJUNTO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO

REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE HONG KONG:

RELATÓRIO ANUAL 2024

Resumo

Desde a transferência da soberania de Hong Kong para a República Popular da China, em 1997, a União Europeia (UE) e os seus Estados-Membros têm acompanhado de perto a evolução política e económica na Região Administrativa Especial (RAE) de Hong Kong.

A fim de respeitar o compromisso assumido perante o Parlamento Europeu em 1997, a Comissão e o alto representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança e vice-presidente da Comissão apresentam um relatório anual sobre a evolução da situação em Hong Kong. Ao longo dos anos, tem sido dada especial atenção à aplicação do princípio «um país, dois sistemas» e à autonomia de Hong Kong, tal como previsto na respetiva Lei Básica.

O presente documento é o vigésimo sétimo relatório, que se refere a 2024. Do ponto de vista político, o ano foi marcado: i) por legislação ao abrigo do artigo 23.º da Lei Básica, que deu origem ao abrangente «Decreto sobre a Salvaguarda da Segurança Nacional»; ii) pela manutenção do enfoque na segurança nacional no quarto ano após a imposição da Lei da Segurança Nacional, incluindo processos judiciais de grande visibilidade contra meios de comunicação social independentes e defensores da democracia; e iii) por um aumento preocupante dos casos de assédio contra jornalistas e intervenientes da sociedade civil. A autonomia de Hong Kong e as liberdades e direitos fundamentais do povo de Hong Kong continuaram a deteriorar-se, apesar de a China ter acordado, em 1997, manter esta autonomia e estas liberdades até, pelo menos, 2047. No entanto, em comparação com a repressão que se seguiu à imposição da Lei da Segurança Nacional em 2020, a execução do Decreto sobre a Salvaguarda da Segurança Nacional tem sido, até à data, relativamente comedida. Em 2024, continuaram a ser igualmente proferidas decisões judiciais a favor da promoção dos direitos das pessoas LGBTQI+. Está prevista para o outono de 2025 legislação abrangente que protege os casais do mesmo sexo, um requisito imposto pelo Tribunal de Última Instância de Hong Kong em setembro de 2023, mas prevê-se que a sua adoção seja adiada.

Em 2024, prosseguiram os julgamentos de ativistas, defensores e políticos pró-democracia ao abrigo da Lei da Segurança Nacional e de outra legislação, em alguns casos com atrasos consideráveis. No julgamento contra 47 ativistas pró-democracia que participaram numa eleição primária em 2020, um tribunal de Hong Kong condenou 45 arguidos a penas de prisão entre quatro anos e dois meses e 10 anos, tendo absolvido dois. Noutro julgamento, tinham sido deduzidas acusações, ao abrigo da Lei da sedição da era colonial, contra os dois antigos chefes de redação do Stand News, um meio de comunicação social independente, entretanto dissolvido. Um dos chefes de redação foi condenado a uma pena de prisão de 21 meses e o outro a uma pena de prisão de 11 meses. Trata-se da primeira condenação de jornalistas pelo crime de sedição em Hong Kong em 72 anos. O julgamento de Jimmy Lai, empresário do setor dos meios de comunicação social e defensor da democracia, prosseguiu em 2024, tendo Lai deposto como testemunha. O julgamento sofreu atrasos substanciais. Em 2024, houve um total de 110 dias de audiência, em vez dos 83 inicialmente programados pelo tribunal para o julgamento, que só deverá terminar em meados de 2025. Jimmy Lai está detido

ininterruptamente desde 31 de dezembro de 2020, a maior parte do tempo em regime de isolamento. No processo instaurado contra a Aliança de Hong Kong de Apoio aos Movimentos Democráticos e Patrióticos na China, incluindo a destacada ativista Chow Hang-tung, o julgamento ainda não tinha começado em 2024 e, em dezembro, previa-se que as diligências tivessem início em maio de 2025. Muitos arguidos estão detidos preventivamente desde meados de 2021, nalguns casos com longos períodos em regime de isolamento.

Em 2024, numa aplicação extraterritorial da Lei da Segurança Nacional, as autoridades de Hong Kong emitiram, por duas vezes, mandados de detenção (com oferta de recompensas) contra seis ativistas pró-democracia de Hong Kong exilados. A polícia interrogou familiares e outros conhecidos de ativistas procurados. Estes factos continuam a minar a confiança no Estado de direito em Hong Kong.

Apesar de a liberdade da Internet ser geralmente respeitada em Hong Kong, as autoridades continuaram a bloquear conteúdos em linha considerados sensíveis. Em 8 de maio, o Tribunal de Recurso deferiu um pedido do Governo no sentido de proibir o hino de protesto «Glory to Hong Kong». As autoridades argumentaram que a canção «foi utilizada para incitar terceiros» a cometer crimes contra a segurança nacional, como a secessão e a sedição.

A UE tem expressado reiteradamente preocupações com esta evolução, tanto em declarações públicas como em contactos privados com funcionários da China e de Hong Kong.

O alto representante/vice-presidente, em nome da União Europeia, emitiu a seguinte declaração relativa a Hong Kong:

- 19 de março de 2024 — Declaração sobre a adoção da nova legislação sobre segurança nacional¹.

O porta-voz da UE emitiu as seguintes declarações sobre Hong Kong:

- 30 de maio de 2024 — Declaração do porta-voz sobre a decisão no processo «Hong Kong 47»²;
- 4 de junho de 2024 — Declaração do porta-voz sobre o 35.º aniversário dos acontecimentos da Praça Tiananmen³;
- 29 de agosto de 2024 — Declaração do porta-voz sobre a condenação de antigos chefes de redação do Stand News⁴;
- 19 de novembro de 2024 — Declaração do porta-voz sobre a sentença no processo «Hong Kong 47»⁵;

¹ Declaração do alto representante, em nome da União Europeia, sobre a adoção da nova legislação sobre segurança nacional, 19 de março, disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2024/03/19/hong-kong-statement-by-the-high-representative-on-behalf-of-the-european-union-on-the-adoption-of-new-national-security-legislation/>.

² Declaração do porta-voz sobre a decisão no processo «Hong Kong 47», 30 de maio, disponível em: https://www.eeas.europa.eu/eeas/hong-kong-statement-spokesperson-verdict-%E2%80%99Chong-kong-47%E2%80%99D-case_en.

³ Declaração do porta-voz sobre o 35.º aniversário dos acontecimentos da Praça Tiananmen, 4 de junho, disponível em: https://www.eeas.europa.eu/eeas/china-statement-spokesperson-35th-anniversary-tiananmen-square-events_en.

⁴ Declaração do porta-voz sobre a condenação de antigos chefes de redação do Stand News, 29 de agosto, disponível em: https://www.eeas.europa.eu/eeas/hong-kong-statement-spokesperson-conviction-former-chief-editors-stand-news_en.

⁵ Declaração do porta-voz sobre a decisão no processo «Hong Kong 47», 19 de maio, disponível em: https://www.eeas.europa.eu/eeas/hong-kong-statement-spokesperson-verdict-%E2%80%99Chong-kong-47%E2%80%99D-case_en.

O porta-voz da UE publicou a seguinte mensagem na rede social X (anteriormente Twitter) relativamente a Hong Kong:

- 24 de dezembro — Publicação sobre mandados de detenção extraterritoriais emitidos pelas autoridades de Hong Kong⁶.

O Gabinete da UE em Hong Kong publicou a seguinte mensagem na rede social X (anteriormente Twitter) sobre a questão dos direitos:

- 27 de novembro — Publicação sobre a decisão do Tribunal de Última Instância de Hong Kong de confirmar as sentenças que concedem aos casais do mesmo sexo iguais direitos sucessórios e em matéria de habitação⁷.

A UE manifestou a sua preocupação com a situação dos direitos humanos em Hong Kong na 57.ª sessão do Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas, em 24 de setembro de 2024. A UE instou o Governo chinês e as autoridades de Hong Kong a restabelecerem o pleno respeito pelo Estado de direito, pelas liberdades fundamentais e pelos princípios democráticos⁸. Durante a Assembleia Geral das Nações Unidas, em 22 de outubro de 2024, a UE sublinhou a sua preocupação com a evolução da situação em Hong Kong, através de uma declaração global lida na Terceira Comissão⁹.

A UE manifestou igualmente a sua preocupação com o impacto negativo da nova legislação de Hong Kong em matéria de segurança nacional nos direitos e liberdades do povo de Hong Kong, na 39.ª sessão do Diálogo UE-China sobre direitos humanos, que teve lugar em 16 de junho de 2024, em Chongqing¹⁰.

O Parlamento Europeu adotou uma resolução sobre «a nova lei de segurança nacional em Hong Kong e os casos de Andy Li e Joseph John», em 25 de abril¹¹, e uma resolução sobre «Hong Kong, em particular os casos de Jimmy Lai e dos 45 ativistas recentemente condenados ao abrigo da Lei da Segurança Nacional», em 28 de novembro¹².

Em 2024, a economia de Hong Kong cresceu pelo segundo ano consecutivo, com um aumento de 2,5 % do PIB em termos homólogos, apoiado: pelo comércio externo de bens e serviços; pelo setor da logística; pela construção; e por uma recuperação gradual do setor financeiro. O consumo privado diminuiu e os setores dependentes do turismo continuaram a registar um fraco

⁶ Tuíte sobre a nova série de mandados de detenção extraterritoriais, 24 de dezembro, disponível em:

<https://x.com/AnouarEUspox/status/1871530643378913663>.

⁷ Tuíte sobre a decisão do Tribunal de Última Instância de confirmar as sentenças que concedem aos casais do mesmo sexo iguais direitos sucessórios e em matéria de habitação, 27 de novembro, disponível em: <https://x.com/EUinHKandMO/status/1861701177865637911>.

⁸ Ordem do dia da 57.ª sessão do Conselho dos Direitos Humanos — ponto 4: Debate geral sobre situações de direitos humanos que requerem a atenção do Conselho, 24 de setembro, disponível em: https://www.eeas.europa.eu/delegations/un-geneva/hrc57-item-4-general-debate-human-rights-situations-require-council%E2%80%99s-attention_en?s=62.

⁹ Declaração da UE — Terceira Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas, ponto 71 da ordem do dia: Direitos humanos, 22 de outubro, disponível em: https://www.eeas.europa.eu/delegations/un-new-york/eu-statement-%E2%80%93-un-general-assembly-3rd-committee-agenda-item-71-human-rights_en.

¹⁰ O 39.º diálogo sobre direitos humanos com a União Europeia teve lugar em Chongqing, em 17 de junho, e está disponível em:

https://www.eeas.europa.eu/eeas/china-39th-human-rights-dialogue-european-union-took-place-chongqing_en.

¹¹ Resolução do Parlamento Europeu, de 25 de abril de 2024, sobre a nova lei de segurança nacional em Hong Kong e os casos de Andy Li e Joseph John, 25 de abril, disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/delegations/en/deterioration-of-fundamental-freedoms-in/product-details/20230616DPU36462>.

¹² Resolução do Parlamento Europeu, de 28 de novembro de 2024, sobre Hong Kong, em particular os casos de Jimmy Lai e dos 45 ativistas recentemente condenados ao abrigo da Lei da Segurança Nacional, 28 de novembro, disponível em: https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-10-2024-0051_PT.html.

desempenho em comparação com o período anterior à pandemia. A inflação foi moderada, situando-se em 1,7 %, e a taxa de desemprego foi de 3,1 % ao longo do ano. Hong Kong registou um défice público significativo e uma diminuição das reservas orçamentais, embora estas continuassem a ser suficientes para cobrir, segundo as estimativas, cerca de 11 meses de despesas públicas. Em 2024, a UE continuou a ser a maior comunidade empresarial estrangeira não chinesa de Hong Kong, em termos de número de empresas ativas no território. A UE foi também o quarto maior parceiro comercial de Hong Kong no que diz respeito ao comércio de mercadorias e o terceiro maior no setor dos serviços, com um comércio total de 66,7 mil milhões de EUR e um excedente de 30,0 mil milhões de EUR para a UE.

I. Evolução política e social

Artigo 23.º da Lei Básica: legislação e execução

O artigo 23.º da Lei Básica, o documento constitucional de Hong Kong, dispõe que Hong Kong «deve promulgar a sua própria legislação para proibir qualquer ato de traição, secessão, sedição, subversão contra o Governo Popular Central ou qualquer roubo de segredos de Estado, proibir as organizações ou organismos políticos estrangeiros de exercerem atividades políticas na região e proibir as organizações ou organismos políticos da região de estabelecerem laços com organizações ou organismos políticos estrangeiros».

Em 2003, tinha falhado uma tentativa de adotar legislação ao abrigo do artigo 23.º. Após a imposição da Lei da Segurança Nacional e a exclusão de facto, desde 2021, dos deputados pró-democracia do Conselho Legislativo, o Governo de Hong Kong retomou os trabalhos para concluir o Decreto sobre a Salvaguarda da Segurança Nacional. O processo legislativo relativo ao Decreto sobre a Salvaguarda da Segurança Nacional foi concluído em apenas 49 dias. Em 6 de março de 2024, Ding Xuexiang, vice-primeiro-ministro chinês e líder do Grupo Central de Direção para os Assuntos de Hong Kong e Macau, apelou à rápida adoção da lei. Em 7 de março, o Governo de Hong Kong anunciou a intenção de apresentar o projeto de lei para primeira e segunda leituras no dia seguinte. O Conselho Legislativo também acelerou a análise do projeto de texto jurídico, que continha 212 páginas. A comissão do Conselho Legislativo responsável pelos projetos de lei, composta por 15 membros, organizou reuniões consecutivas para debater o projeto de lei, que continha 181 cláusulas, entre 8 e 14 de março, inclusive no fim de semana. O presidente do Conselho Legislativo, Andrew Leung, abdicou do prazo de pré-aviso de 12 dias para a apresentação do projeto de lei em segunda e terceira leituras. Para terminar a segunda e a terceira leituras num dia, os deputados coordenaram-se entre si para limitar o tempo de intervenção a cinco minutos por deputado. Todos os intervenientes se manifestaram a favor do projeto. Consequentemente, a legislação foi aprovada em 19 de março e entrou em vigor em 23 de março de 2024.

A convite do Governo de Hong Kong, o Gabinete da UE, juntamente com os cônsules-gerais dos Estados-Membros da UE, transmitiu as preocupações da UE sobre o projeto de Decreto sobre a Salvaguarda da Segurança Nacional por escrito, através de uma nota diplomática, e oralmente, em duas sessões de informação para o corpo diplomático organizadas pelas autoridades de Hong Kong. O processo de consulta não conduziu a alterações substanciais no projeto de legislação, com exceção do reforço da defesa do interesse público em resposta às preocupações manifestadas pelos jornalistas sobre o crime de roubo de segredos de Estado.

O Decreto sobre a Salvaguarda da Segurança Nacional estabelece que o princípio superior da política de «um país, dois sistemas» consiste em salvaguardar a soberania, a segurança e os interesses em matéria de desenvolvimento a nível nacional. Reforçando as disposições do artigo 23.º da Lei Básica, o Decreto sobre a Salvaguarda da Segurança Nacional proíbe cinco novas categorias de crimes, a saber, traição, insurreição, roubo de segredos de Estado e espionagem, atividades de sabotagem que põem em perigo a segurança nacional e ingerência externa. O Decreto sobre a Salvaguarda da Segurança Nacional transpõe a definição abrangente de «segurança nacional» do continente para o território, conferindo, de facto, ao poder executivo competências essencialmente ilimitadas neste domínio.

As outras categorias de crimes previstas no Decreto sobre a Salvaguarda da Segurança Nacional já existiam na legislação de Hong Kong, mas a nova lei alarga o respetivo alcance. O Decreto sobre a Salvaguarda da Segurança Nacional substitui a Lei da sedição da era colonial, alargando os crimes existentes de incitamento ao «descontentamento» contra «o sistema fundamental do Estado estabelecido pela Constituição da República Popular da China». O texto jurídico do Decreto sobre a Salvaguarda da Segurança Nacional também refere explicitamente que não é «necessário» provar a intenção de «incitar à violência» para demonstrar o crime, o que constitui um desvio em relação quer às convenções dos países de direito consuetudinário, que aos princípios internacionais. Além disso, a pena máxima pelo referido crime passou de dois para sete anos de prisão. Se o ato de sedição ocorrer em conluio com «uma força externa», a pena máxima é agora de 10 anos de prisão.

Ao abrigo do Decreto sobre a Salvaguarda da Segurança Nacional, o crime alterado de «incitamento ao descontentamento dos funcionários públicos» abrange agora um leque mais vasto de titulares de cargos públicos, incluindo o Provedor de Justiça e o presidente da Comissão para a Igualdade de Oportunidades.

Além disso, o Decreto sobre a Salvaguarda da Segurança Nacional estipula que as pessoas condenadas por crimes relacionados com a segurança nacional só podem obter uma redução de um terço da pena mediante uma avaliação do comissário dos Serviços Prisionais segundo a qual a redução «não será contrária aos interesses da segurança nacional». Na maioria dos casos, esta avaliação resulta em penas de prisão mais longas. Até à data, a redução de penas era habitual para os reclusos com um historial de bom comportamento na prisão. Além disso, qualquer pessoa condenada por crimes relacionados com a segurança nacional deixará de se poder candidatar às eleições para Chefe do Executivo, para o Conselho Legislativo, para o Conselho Distrital e para os Representantes Rurais, durante o resto da sua vida¹³.

Pouco depois da entrada em vigor do Decreto sobre a Salvaguarda da Segurança Nacional, as autoridades aplicaram retroativamente as respetivas disposições mais rigorosas em matéria de redução de penas a um processo relativo à Lei da Segurança Nacional já concluído, o que conduziu, de facto, ao prolongamento da pena de prisão do arguido. Em 24 de fevereiro, foi comunicado a um manifestante, condenado por secessão em 2021 ao abrigo da lei imposta por Pequim, e que cumpriu uma pena de prisão de cinco anos, que poderia ser libertado em 25 de março de 2024. No entanto, com a entrada em vigor do Decreto sobre a Salvaguarda da Segurança Nacional, a sua redução de pena foi revogada. O recluso solicitou a fiscalização jurisdicional da decisão — o que aconteceu pela primeira vez em relação ao Decreto sobre a Salvaguarda da Segurança Nacional — mas perdeu a causa em 6 de dezembro. Um juiz do

¹³ Uma cláusula semelhante em Macau limitou esta proibição a cinco anos.

Tribunal Superior concluiu que os tribunais «aceitariam de um modo geral» o parecer das autoridades executivas sobre as medidas necessárias para proteger a segurança nacional.

As primeiras detenções no âmbito do Decreto sobre a Salvaguarda da Segurança Nacional tiveram lugar em 28 de maio de 2024, visando Chow Hang-tung (processo da Aliança de Hong Kong), já detida, e cinco outros ativistas. Os seis foram acusados de terem cometido o crime de sedição através de publicações nas redes sociais relacionadas com a repressão da Praça Tiananmen em 1989. Em 31 de dezembro de 2024, o Decreto sobre a Salvaguarda da Segurança Nacional tinha sido aplicado à detenção de, pelo menos, 15 pessoas, sempre com base em acusações de sedição. Três pessoas foram condenadas a penas de prisão ao abrigo da nova lei. Embora a aplicação do Decreto sobre a Salvaguarda da Segurança Nacional tenha sido, até à data, relativamente comedida em comparação com a repressão que se seguiu à imposição da Lei da Segurança Nacional, o limiar de condenação foi baixo e as penas foram severas. Uma das pessoas consideradas culpadas nos termos da referida lei foi condenada a 14 meses de prisão por ter usado uma *T-shirt* com um slôgane de protesto considerado «sedicioso».

Em 12 de junho de 2024 e novamente em 24 de dezembro de 2024, invocando a nova lei, o secretário da Segurança de Hong Kong anulou os passaportes de 13 pessoas procuradas declaradas como «fugitivas» e impediu outras pessoas de realizarem transações monetárias ou de criarem empresas comuns com os visados, bem como de lhes venderem ou alugarem bens imóveis.

A lei agravou ainda mais o efeito dissuasor da Lei da Segurança Nacional na sociedade de Hong Kong, incluindo uma maior autocensura entre jornalistas e uma maior inibição das organizações da sociedade civil. Em 29 de março, a estação noticiosa *Radio Free Asia*, financiada pelos EUA, anunciou o encerramento da sua agência de Hong Kong, invocando preocupações com a segurança dos seus jornalistas. Em 28 de março, o bispo de Hong Kong confirmou que a Diocese Católica tinha de adaptar determinadas práticas religiosas para evitar infringir a nova lei.

Aplicação da Lei da Segurança Nacional e legislação conexa

O dia 30 de junho de 2024 marcou o quarto aniversário da imposição da Lei da Segurança Nacional. Até 31 de dezembro de 2024, 316 pessoas tinham sido detidas ao abrigo da Lei da Segurança Nacional e de cláusulas conexas, com uma taxa de condenação superior a 95 %.

Na véspera de Natal de 2024, as autoridades de Hong Kong emitiram uma lista de pessoas procuradas na qual figuravam seis pessoas residentes no exterior, incluindo cidadãos estrangeiros. A polícia de segurança nacional de Hong Kong ofereceu uma recompensa de 1 milhão de HKD (122 000 EUR) por cada um dos ativistas autoexilados por alegado conluio com países estrangeiros ou elementos externos, secessão e subversão. Esta medida constituiu outra aplicação extraterritorial da Lei da Segurança Nacional e elevou o número total desses mandados de detenção para 19. Até 31 de dezembro, nenhuma pessoa incluída nas listas de pessoas procuradas foi extraditada para Hong Kong. O porta-voz da UE emitiu uma declaração em que condenava estes mandados de detenção extraterritoriais.

As listas de recompensas continuaram a criar um efeito dominó em Hong Kong, exercendo pressão sobre as famílias dos ativistas e os seus círculos sociais próximos. Em 10 de janeiro, a polícia de segurança nacional deteve para interrogatório os pais e duas irmãs de um ativista

residente no estrangeiro, que, em 14 de dezembro de 2023, foi colocado na lista de pessoas procuradas.

Em 2024, prosseguiram os processos judiciais instaurados ao abrigo da Lei da Segurança Nacional e da Lei da sedição da era colonial, embora com atrasos consideráveis. Muitos dos arguidos estão detidos preventivamente desde meados de 2021, nalguns casos repetidamente em isolamento.

O julgamento, ao abrigo da Lei da Segurança Nacional, dos 47 deputados e ativistas pró-democracia que organizaram ou participaram numa eleição primária legal em 2020 (comumente designado por processo «Hong Kong 47») é o julgamento por atentado à segurança nacional com mais arguidos. Em 30 de maio de 2024, o Tribunal Superior considerou 45 dos arguidos culpados do crime de «conspiração para fins de subversão» e condenou-os a penas de prisão entre quatro anos e dois meses e 10 anos em 19 de novembro. A pena máxima prevista na Lei da Segurança Nacional é a prisão perpétua. Dois dos arguidos do processo «Hong Kong 47» foram absolvidos.

O procurador interpôs recurso contra a absolvição de um dos dois arguidos pelo tribunal. O Governo de Hong Kong resistiu aos apelos dos defensores da linha dura de Pequim no sentido de uma condenação ainda mais pesada para os 45. Ao mesmo tempo, 14 dos arguidos interpuseram recurso contra as suas condenações ou penas. Em 31 de dezembro, os tribunais não tinham agendado audiências relativas a estes recursos.

O julgamento, incluindo as sessões para argumentos da defesa e a prolação da decisão, prolongou-se por 131 dias, excedendo os 90 dias inicialmente previstos. Entretanto, em 2024, dos outros oito ativistas pró-democracia que foram detidos, mas não acusados no processo, pelo menos um estava em liberdade sob caução, sem acesso ao seu passaporte.

O processo relativo à Lei da Segurança Nacional instaurado contra a Aliança de Hong Kong de Apoio aos Movimentos Democráticos e Patrióticos na China («Aliança de Hong Kong») entrou na fase de julgamento em 2024. Em 31 de dezembro de 2024, o Tribunal Superior tinha agendado as audiências para maio de 2025 e reservado 75 dias para as mesmas. O grupo da sociedade civil, agora dissolvido, organizava habitualmente a vigília anual à luz de velas para comemorar a repressão de Tiananmen em 1989. O procurador acusa a Aliança de Hong Kong e os seus principais membros de «incitamento à subversão». A pena máxima é a prisão perpétua.

Num processo relacionado, o Tribunal Superior confirmou a condenação de Chow Hang-tung e de dois outros membros da Aliança, em 14 de março de 2024, por não terem cumprido um pedido de informações emitido pela polícia de segurança nacional. Em 31 de julho, o Tribunal de Última Instância admitiu o recurso dos três arguidos e agendou a audiência para janeiro de 2025.

O julgamento relativo à Lei da Segurança Nacional e à sedição de Jimmy Lai, empresário do setor dos meios de comunicação social e ativista pró-democracia, prosseguiu em 2024. Juntamente com Jimmy Lai, foram acusados seis antigos jornalistas do atualmente extinto jornal *Apple Daily*, que se declararam culpados em novembro de 2022, e três empresas ligadas ao *Apple Daily*. O procurador deduziu contra Jimmy Lai, que é cidadão britânico, e os outros arguidos duas acusações de «conspiração para cometer conluio com um país estrangeiro ou com elementos externos para pôr em perigo a segurança nacional» nos termos da Lei da

Segurança Nacional e uma acusação de «conspiração para imprimir, publicar, vender, colocar para venda, distribuir, exibir e/ou reproduzir publicações sediciosas» nos termos da Lei da sedição da era colonial. A pena máxima prevista na Lei da Segurança Nacional é a prisão perpétua. O julgamento, que deveria prolongar-se por 83 dias, foi adiado duas vezes, a primeira vez de 1 de dezembro de 2022 para 25 de setembro de 2023 e, por último, para 18 de dezembro de 2023. O julgamento entrou no seu 113.º dia em 19 de dezembro, a data da última audiência de 2024. Jimmy Lai testemunhou pela primeira vez em 20 de novembro.

No processo Stand News, em que foram deduzidas acusações ao abrigo da Lei da sedição da era colonial, o Tribunal de Primeira Instância condenou, em 26 de setembro, os dois antigos chefes de redação do meio de comunicação social independente dissolvido a penas de 21 e 11 meses de prisão, respetivamente. Um dos editores, que esteve detido 349 dias antes do julgamento, teve de ser encarcerado imediatamente, enquanto o outro foi autorizado a sair em liberdade, por ter invocado motivos de saúde. Trata-se da primeira condenação de jornalistas pelo crime de sedição em Hong Kong em 72 anos. A condenação agravou o efeito dissuasor da repressão da liberdade de imprensa, aumentando ainda mais a autocensura já generalizada entre os jornalistas.

A gestão dos julgamentos de crimes contra a segurança nacional tem suscitado repetidamente dúvidas quanto às garantias processuais, tanto no que diz respeito à questão da imparcialidade dos juízes especializados em segurança nacional, que são escolhidos a dedo, como aos próprios julgamentos, que são prolongados. No processo Stand News, previa-se que o julgamento durasse 20 dias, mas o mesmo prolongou-se por 57 dias. A data de prolação da decisão foi adiada três vezes. O longo período de prisão preventiva dos arguidos, superior a 300 dias, foi igualmente problemático.

Em 7 de março, **no primeiro julgamento por sedição desde a transferência da soberania em 1997**, o Tribunal de Recurso confirmou a condenação do ativista Tam Tak-chi. O tribunal rejeitou a decisão do Conselho Privado do Reino Unido segundo a qual qualquer discurso objeto de uma condenação por sedição deve incluir a intenção de incitar à violência. Em 14 de agosto, o Tribunal de Última Instância autorizou Tam Tak-chi a contestar a sua condenação em janeiro de 2025.

Em 11 de abril, Joseph John, cidadão português residente no Reino Unido, foi condenado a cinco anos de prisão por «incitamento à secessão».

Muitos dos cerca de 6 000 manifestantes detidos durante as manifestações de 2019, mas ainda não acusados, continuam em liberdade sob caução, aguardando investigações policiais e decisões do Ministério Público. Em resposta aos apelos à retirada «categórica» das acusações, o secretário da Justiça, Paul Lam, declarou, numa entrevista em outubro de 2024, que tal seria contrário ao princípio do Estado de direito. Acrescentou que podem surgir novos elementos de prova e que não havia qualquer prazo para a ação penal contra crimes ocorridos no passado.

No primeiro julgamento da cidade ao abrigo do Decreto sobre as Medidas de Combate ao Terrorismo das Nações Unidas, um júri, em 29 de agosto, condenou uma pessoa e absolveu seis outras por um alegado plano de detonação de explosivos e utilização de armas de fogo contra a polícia durante as manifestações de 2019. Seis outros arguidos declararam-se culpados. O tribunal condenou as sete pessoas a penas de prisão entre 23 anos e 10 meses e cinco anos e 10 meses.

Em 12 de agosto de 2024, Jimmy Lai e seis antigos deputados perderam o seu recurso final contra condenações por «participação» numa marcha ilegal em 18 de agosto de 2019. O Tribunal de Última Instância rejeitou a alegação de que a ação penal constituía uma restrição excessiva à liberdade de expressão e de reunião. No entanto, o pedido do procurador no sentido de restabelecer a condenação por «organização» da marcha foi igualmente indeferido. Dois dias mais tarde, Lord Neuberger, antigo presidente do Supremo Tribunal do Reino Unido, que presidiu ao julgamento, demitiu-se do seu cargo de presidente do Painel de Peritos Jurídicos de Alto Nível sobre a Liberdade dos Meios de Comunicação Social, um órgão consultivo da Media Freedom Coalition, da qual também fazem parte Estados-Membros da UE.

Em 2024, cinco juízes estrangeiros não permanentes do Tribunal de Última Instância também se demitiram. Embora alguns tenham decidido não renovar a sua nomeação por motivos pessoais, o juiz britânico aposentado Lord Sumption, que tinha sido juiz do Supremo Tribunal britânico, declarou que o território «já foi uma comunidade dinâmica e politicamente diversificada, mas está a transformar-se lentamente num Estado totalitário. O Estado de direito está profundamente comprometido em qualquer domínio que o Governo considere importante.»

Em dezembro de 2024, restavam seis juízes estrangeiros não permanentes na composição do Tribunal de Última Instância.

Em conclusão, relativamente a questões consideradas relevantes para a segurança nacional, o **Estado de direito** em Hong Kong continuou sob forte pressão em 2024. No subíndice de «limitação dos poderes governamentais» do índice anual do Estado de direito, compilado pelo World Justice Project e publicado em 23 de outubro de 2024, Hong Kong desceu três lugares, para o 62.º, entre 142 países e territórios em comparação com 2023. No subíndice de «direitos fundamentais», Hong Kong também ocupou o 62.º lugar, tendo descido quatro posições em relação a 2023¹⁴. Ao mesmo tempo, o direito comercial e privado manteve-se, em grande medida, imune à deriva autoritária do quadro jurídico de Hong Kong.

Em 2024, também se manteve **a tónica na integração da «segurança nacional» na governação da RAE**, em especial no que diz respeito à educação e à função pública. Em 7 de junho, o Gabinete da Função Pública de Hong Kong promulgou um novo Código da Função Pública, que classificou a «defesa da ordem constitucional e da segurança nacional» como um valor fundamental para os 173 000 funcionários públicos da RAE. Em 6 de agosto, foi inaugurada a Galeria de Exposições sobre a Segurança Nacional, que descreve as manifestações de 2019 como uma «revolução colorida». O Gabinete da Função Pública instou todos os funcionários públicos a visitarem a galeria pelo menos uma vez antes do final de 2026.

Em 18 de novembro, o Governo realizou uma cerimónia de lançamento do Programa Distrital de Formação de Tutores de Segurança Nacional para o primeiro lote de 120 desses «tutores». O Governo afirmou que esperava que, até 2025, pelo menos 2 600 tutores distritais recebessem formação e que cada um deles divulgasse mensagens de segurança nacional a, pelo menos, 30 pessoas por ano. O Governo de Hong Kong prevê que mais de 78 000 pessoas receberão anualmente mensagens sobre a salvaguarda da segurança nacional.

O Gabinete de Educação reiterou, em 2024, a importância da educação para a segurança nacional. Numa série de relatórios publicados em 25 de junho, os inspetores escolares

¹⁴ <https://worldjusticeproject.org/rule-of-law-index/global>.

criticaram uma escola que cuidava de crianças com deficiências de aprendizagem moderadas por não ensinar a Constituição chinesa e por não «aplicar de forma exaustiva» a educação para a segurança nacional.

O Governo também exerceu um maior controlo sobre a profissão de assistente social. Em 3 de julho de 2024, o Conselho Legislativo aprovou uma alteração do Decreto sobre o Registo dos Assistentes Sociais que garantiu uma presença maioritária de representantes do Governo no organismo de licenciamento dos assistentes sociais da cidade. O decreto habilitou igualmente esse organismo a interditar de forma permanente os assistentes sociais condenados por crimes contra a segurança nacional.

Em julho, a polícia revelou que tinha recebido mais de 750 000 denúncias através da linha direta relativa à segurança nacional e que podia ser dado seguimento a cerca de 10 % a 20 % dessas denúncias. Além disso, em dezembro, a polícia afirmou ter instalado 612 conjuntos de câmaras de vigilância na cidade ao longo do ano para melhorar a segurança. O objetivo era instalar mais 1 300 conjuntos até ao final de 2025.

Em 2024, **o espaço para a oposição política e as vozes pluralistas** em Hong Kong ficou ainda mais reduzido.

Em 13 de novembro, o presidente do Partido Democrático, Lo Kin-hei, revelou que vários membros do núcleo do partido, bem como as suas famílias e empresas, tinham recebido ameaças, através de chamadas telefónicas e mensagens de correio eletrónico anónimas, que os criticavam por serem «anti-China e Hong Kong» e os alertavam que podiam ser detidos pelo seu envolvimento político.

Em 19 de novembro, os jornais *Ta Kung Pao* e *Wen Wei Po* publicaram artigos de fundo que destacavam nove arguidos condenados no processo «Hong Kong 47» e os acusavam de estarem ou terem estado ligados ao referido grupo político. O Partido Democrático, que já foi o maior grupo político pró-democracia em Hong Kong, continuou a ter dificuldade em organizar eventos de angariação de fundos.

O Partido Cívico, que chegou a ser o segundo maior grupo político da oposição em Hong Kong, foi retirado do Registo Comercial de Hong Kong em 27 de março; o grupo votou a favor da sua dissolução em maio de 2023.

Relações externas de Hong Kong

Em 2024, as relações externas de Hong Kong foram marcadas por esforços para diversificar as relações comerciais e económicas com países do Sudeste Asiático, do Médio Oriente e de outros mercados emergentes. Em julho, o Chefe do Executivo chefiou uma delegação para uma visita de seis dias ao Laos, ao Camboja e ao Vietname. Até à data, visitou sete Estados-Membros da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ANSA), tendo excluído o Brunei, as Filipinas e Mianmar. Em novembro, efetuou uma visita de sete dias ao Peru e participou na reunião de líderes económicos da Cooperação Económica Ásia-Pacífico. Em 2024, Hong Kong também assinou um acordo de comércio livre (ACL) com o Peru.

Em setembro, o atual delegado único da cidade no Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional, Starry Lee, propôs que o processo de internacionalização da RAE se passasse a

centrar nos países da iniciativa «Uma Cintura, uma Rota», da ANSA e do Médio Oriente, depois de, durante um longo período, ter dado prioridade à Europa e aos EUA.

Prosseguiu a emigração a partir de Hong Kong. Em 2024, o Ministério do Interior do Reino Unido anunciou que tinha recebido, até 30 de setembro, 32 429 pedidos de vistos (estrangeiros) para obtenção de cidadania britânica. O Reino Unido recebeu um total de cerca de 224 204 pedidos de cidadãos de Hong Kong ao abrigo do regime especial de vistos, que pode abrir caminho à atribuição da cidadania. Cerca de 158 000 pessoas tinham chegado ao Reino Unido ao abrigo do regime. O Canadá e a Austrália continuaram a receber pedidos de visto ao abrigo de regimes de imigração específicos para residentes de Hong Kong. A população de Hong Kong manteve-se estável, em 7,5 milhões de pessoas, apesar da emigração, devido principalmente a pessoas recém-chegadas da China continental.

Em 10 de julho, o presidente dos EUA prorrogou o estatuto de «emergência nacional» relativamente a Hong Kong, alegando que a situação da RAE constituía uma ameaça para a «segurança nacional, a política externa e a economia» dos Estados Unidos. Nos termos do decreto presidencial, a RAE deixou de poder beneficiar do tratamento económico especial anteriormente concedido pela legislação norte-americana. Em 19 de novembro, em resposta à condenação no processo «Hong Kong 47», os EUA anunciaram a imposição de novas restrições em matéria de vistos a funcionários de Hong Kong.

Direitos, liberdades e igualdade de oportunidades

Em 23 de janeiro, realizou-se a reunião do grupo de trabalho sobre o exame periódico universal do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas dedicada à China, que também abordou a situação de Hong Kong. Antes da reunião, pelo menos sete países apresentaram 13 observações relacionadas com Hong Kong, o que constitui um número recorde de pedidos de informação. Durante a reunião, 18 países, incluindo a Dinamarca, a Alemanha, a Irlanda e a França, manifestaram preocupação com os direitos civis no território, enquanto os EUA e o Reino Unido instaram as autoridades de Hong Kong a revogar a Lei da Segurança Nacional.

Em 31 de maio de 2024, o Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas publicou os pontos de vista da China sobre as conclusões e recomendações. A China rejeitou 14 das 23 recomendações em matéria de direitos humanos relativas a Hong Kong formuladas por 20 países. Os países cujas recomendações foram rejeitadas incluem a Bélgica, a Chéquia, a Dinamarca, o Luxemburgo, os Países Baixos e a Áustria. A China rejeitou todas as recomendações relacionadas com a Lei da Segurança Nacional em Hong Kong, descrevendo-as como baseadas em «informações falsas». Entretanto, a China declarou que «aceitou e já aplicou» as recomendações da Alemanha (no sentido de restabelecer o pleno respeito do Estado de direito, bem como da sociedade civil e dos direitos políticos em Hong Kong), da França (garantir a liberdade de expressão e de associação, nomeadamente em linha, incluindo em Hong Kong) e da Lituânia (garantir o direito de todos os cidadãos à opinião e à expressão sem receio de represálias e censura em todas as regiões, incluindo Hong Kong, Tibete e outras).

Em 4 de julho, a reunião plenária do Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas debateu e adotou o relatório de revisão da China.

Em 2024, os peritos das Nações Unidas manifestaram preocupação com a situação dos direitos fundamentais em Hong Kong, em duas ocasiões, por escrito, à missão permanente da China em Genebra.

Em 25 de janeiro, o Relator Especial das Nações Unidas sobre a tortura e outras penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes manifestou «preocupação» pelo facto de Andy Li, a principal testemunha de acusação no julgamento de Jimmy Lai por crimes contra a segurança nacional, «ter sido sujeito a tortura e/ou a outras penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes» numa prisão no território continental e, «consequentemente, ter sido forçado a confessar que conspirou com Jimmy Lai para conluio com entidades estrangeiras»¹⁵.

Em 22 de março de 2024, foi emitida uma declaração dos relatores especiais das Nações Unidas para: i) a promoção e defesa do direito à liberdade de opinião e de expressão; ii) o direito à educação; iii) a liberdade de reunião e de associação pacíficas; iv) a situação dos defensores dos direitos humanos; v) a independência dos juízes e advogados; e vi) a proteção e promoção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais na luta contra o terrorismo. A declaração alegava que a legislação ao abrigo do artigo 23.º incluía «muitas medidas que limitariam de forma significativa e indevida o exercício dos direitos humanos e das liberdades fundamentais e seriam incompatíveis com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais»¹⁶.

No último ano, a posição de Hong Kong continuou a descer em várias classificações mundiais relacionadas com os direitos. No Índice de Liberdade Humana de 2024, compilado pelo Instituto Cato e pelo Instituto Fraser, Hong Kong caiu da 46.ª posição, em 2023, para a 50.ª posição em 165 territórios¹⁷. De acordo com um relatório da ONG Freedom House, Hong Kong era, em 2024, um território «parcialmente livre», com uma pontuação de 41 em 100, quase idêntica à de 2023, quando Hong Kong ocupava o 42.º lugar em 100 territórios¹⁸.

A situação da liberdade de imprensa voltou a deteriorar-se. Hong Kong ocupou a 135.ª posição entre os 180 países e regiões no Índice Mundial da Liberdade de Imprensa, compilado pela organização Repórteres Sem Fronteiras e publicado em 3 de maio¹⁹. De acordo com o Índice da Liberdade de Imprensa elaborado pela Associação de Jornalistas de Hong Kong (HKJA) e divulgado em 20 de agosto de 2024, tanto o público em geral como os jornalistas de Hong Kong sentiram um declínio da liberdade de imprensa em 2023²⁰.

A HKJA enfrentou especial pressão durante o ano. Em 25 de janeiro de 2024, a HKJA revelou que, no âmbito de uma revisão das suas contas de 2017-2018, a Administração Fiscal de Hong Kong exigiu 400 000 HKD (45 000 EUR) em impostos sobre os lucros. As autoridades solicitaram à HKJA que apresentasse declarações de imposto sobre os lucros durante seis anos entre 2017-2018 e 2022-2023. A HKJA contestou a avaliação. Em abril, «forças irresistíveis» obrigaram a que um concerto de angariação de fundos organizado pela HKJA fosse realizado em linha. Em maio, o antigo presidente da HKJA decidiu não se recandidatar ao cargo, afirmando que a associação poderia «ser alvo de ataques se continuasse em funções». Em 21 de junho, um dia antes da sua assembleia geral anual, a HKJA teve de apelar aos membros para

¹⁵ <https://spcommreports.ohchr.org/TMResultsBase/DownloadPublicCommunicationFile?gId=28734>.

¹⁶ <https://spcommreports.ohchr.org/TMResultsBase/DownloadPublicCommunicationFile?gId=28893>.

¹⁷ <https://www.cato.org/human-freedom-index/2024>.

¹⁸ <https://freedomhouse.org/country/hong-kong/freedom-world/2024>.

¹⁹ <https://rsf.org/en/index>.

²⁰ <https://hkja.org.hk/en/press-release/press-freedom-in-hong-kong-at-11-year-low-according-to-media-survey-amid-fears-over-article-23-national-security-law/>.

que ignorassem uma mensagem anónima do WhatsApp que os incitava a não comparecerem devido a «preocupações de segurança».

Em 13 de setembro, a HKJA revelou que, entre junho e agosto, «dezenas de jornalistas, membros da sua família ou empregadores de membros da sua família, bem como vizinhos e associados, foram assediados e intimidados, tanto em linha como fora de linha». Num caso, o senhorio e o agente imobiliário de um jornalista receberam cartas anónimas que continham ameaças de «consequências inimagináveis» e «danos colaterais» se o arrendatário não fosse expulso do imóvel e da respetiva zona. O presidente da HKJA denunciou os casos à polícia, o que permitiu controlar a situação. No entanto, o assédio a jornalistas individuais voltou no final do ano.

Em 24 de setembro de 2024, o Tribunal Superior apreciou um processo de fiscalização jurisdicional iniciado pela HKJA relativamente a uma nova regra que restringe o acesso dos jornalistas a um registo público gerido pelo Departamento dos Transportes. O sindicato questionou a coerência da nova regra com o princípio da liberdade de imprensa. Em 31 de dezembro, não tinha sido proferida qualquer decisão.

Na sequência da adoção da legislação ao abrigo do artigo 23.º, o *Wall Street Journal* anunciou, em 2 de maio de 2024, a decisão de transferir a sua sede asiática de Hong Kong para Singapura. Em julho, o *Wall Street Journal* demitiu uma jornalista após ter sido eleita presidente da HKJA.

Os meios de comunicação social locais alinham frequentemente as suas notícias com a posição oficial do Governo de Hong Kong. Os principais meios de comunicação social, por exemplo, evitaram designar William Lai como «presidente de Taiwan», privilegiando, em vez disso, termos como «líder de Taiwan» ou «William Lai de Taiwan». Em contraste, há quatro anos, os principais meios de comunicação social ainda designavam Tsai Ing-wen, então em exercício, como «presidente de Taiwan».

As autoridades de Hong Kong continuaram a utilizar as regras em matéria de imigração para impedir a entrada na RAE de jornalistas considerados desfavoráveis e defensores da liberdade de imprensa²¹. Em 10 de abril de 2024, uma representante dos Repórteres Sem Fronteiras de nacionalidade polaca esteve detida durante seis horas, tendo-lhe sido recusada a entrada em Hong Kong à chegada ao território, onde tinha planeado acompanhar o julgamento contra Jimmy Lai, empresário do setor dos meios de comunicação social. Em agosto, foi recusado um visto de trabalho a um jornalista da Bloomberg baseado no continente, que planeava mudar-se para Hong Kong. Em 14 de setembro, foi recusada a entrada em Hong Kong a uma fotoperiodista francesa, provavelmente devido a uma fotografia que tirara de Jimmy Lai na prisão para a Associated Press.

Em 2024, um jornalista do *South China Morning Post* especializado na política de defesa e na diplomacia da China, continuava desaparecido, depois de ter acompanhado o Beijing Xiangshan Forum, em outubro de 2023.

Em notícias mais positivas, o Tribunal de Recurso confirmou, em 4 de setembro, uma decisão de um tribunal inferior que recusou restabelecer o alerta emitido pela Autoridade das

²¹ No último ano, o Governo de Hong Kong também recusou a entrada a ativistas. Em 27 de junho, foi recusada a entrada a um ativista japonês. Em 8 de setembro, foi recusada a entrada a um ativista alemão. Imediatamente antes de entrar em Hong Kong, o ativista alemão viajara para a China continental. Trabalhou com a Tibet Initiative Deutschland, que defendia a autodeterminação da região chinesa, e foi cofundador da Freiheit für Hongkong, uma ONG que desenvolvia esforços em prol da democracia e da liberdade em Hong Kong.

Comunicações contra o «Headliner», um programa satírico, agora suspenso, produzido pelo RTHK, o organismo público de radiodifusão de Hong Kong.

A liberdade de expressão também sofreu maior pressão em 2024. A partir de 15 de maio, o YouTube bloqueou o acesso local a 32 vídeos relacionados com a canção de protesto «Glory to Hong Kong». A decisão foi tomada depois de o Tribunal Superior ter concedido ao Governo uma injunção provisória para proibir a canção, que, segundo as autoridades, «tem sido utilizada para incitar terceiros» a cometer crimes contra a segurança nacional, como a secessão e a sedição.

O espaço para artistas críticos e instituições culturais independentes diminuiu ainda mais em 2024.

Os artistas, nomeadamente os cineastas pró-democracia, enfrentam cortes de financiamento e pressões políticas. Em 24 de outubro de 2024, a organização cinematográfica independente Ying e Chi anunciou a sua dissolução, e um dos seus fundadores mudou-se para Taiwan em agosto para relançar a instituição, alegando que o «ambiente é relativamente mais livre» em Taiwan. A instituição lançou documentários políticos controversos, como o filme premiado «Lost in the Fumes». Em 17 de dezembro, a Federação das Sociedades Dramáticas de Hong Kong anunciou que, pelo segundo ano consecutivo, o Departamento de Serviços Culturais e de Lazer do Governo de Hong Kong não acolheria a cerimónia anual de entrega dos prémios dramáticos, agendada para abril de 2025. No mesmo dia, a Federação das Sociedades Dramáticas de Hong Kong afirmou igualmente que, também pelo segundo ano consecutivo, o Conselho para o Desenvolvimento das Artes do Governo de Hong Kong não prestaria apoio monetário à cerimónia. Documentos de há dois anos mostravam que o Conselho estava insatisfeito com o facto de um jornalista independente e um cartoonista satírico terem sido convidados para entregar prémios nas cerimónias de anos anteriores.

Em 2024, houve também vários cancelamentos de última hora de concertos de artistas favoráveis ao movimento pró-democracia. Por exemplo, em 4 de dezembro, a Orquestra do Festival de Hong Kong anunciou que a sua atuação, prevista para 8 de dezembro, tinha de ser cancelada devido a «trabalhos urgentes de verificação e reparação» na câmara municipal de Tsuen Wan. Além disso, a representação da peça «Morte Acidental de um Anarquista», prevista para o período compreendido entre 21 de fevereiro e 2 de março, foi cancelada em 5 de fevereiro. Em 30 de janeiro, a companhia de teatro «Fire Makes Us Human» não pôde atuar em espaços que tinha reservado numa escola para peças agendadas entre 2 e 4 de fevereiro. O fundador da companhia explicou que a escola tomou essa decisão pelo facto de o Gabinete de Educação ter invocado as orientações intituladas «Segurança nacional: medidas específicas para as escolas». O fundador afirmou que tinha sido acusado de publicar «comentários inapropriados» em linha. Mais tarde, a companhia anunciou que iria suspender as suas operações.

Em 31 de março, a livraria independente Mount Zero fechou portas, justificando esse facto com a pressão constante das autoridades. Em 20 de agosto, foi também encerrada outra livraria, a Mellow Out.

Não houve sinais de recuperação da liberdade de reunião para manifestações pacíficas. Em 2024, embora se tenham verificado ocasionalmente pequenas manifestações às portas da sede do Governo, não houve manifestações de maior dimensão. Mais concretamente, em outubro, o Chefe do Executivo de Hong Kong rejeitou os apelos de um antigo secretário dos

Transportes e da Habitação ao Governo no sentido de permitir a manifestação e a reunião pacíficas para «inverter a imagem negativa» da RAE.

A Federação Sindical de Hong Kong e a Federação Sindical de Hong Kong e de Kowloon, ambas pró-Pequim, confirmaram separadamente, em 2024, que, pelo segundo ano consecutivo, não organizariam manifestações em 1 de maio (Dia do Trabalhador). Em contrapartida, realizaram-se quatro manifestações de grupos pró-Pequim, à porta da sede da UE em Hong Kong, para criticar as declarações da União sobre a evolução política em Hong Kong.

Em 2024, pelo quinto ano consecutivo, não se realizou a vigília anual à luz de velas no Parque Vitória em 4 de junho, um grande evento inicialmente organizado pelo grupo da sociedade civil Aliança de Hong Kong de Apoio aos Movimentos Democráticos e Patrióticos para assinalar a repressão de Tiananmen em 1989. A presença de representantes do Gabinete da UE e dos consulados dos Estados-Membros da UE no Parque Vitória na noite de 4 de junho foi amplamente divulgada nos meios de comunicação social locais. O Gabinete da UE também voltou a colocar velas nas suas janelas nesse dia, a título de evocação. Nesse dia, a polícia deteve quatro pessoas, com idades compreendidas entre os 23 e os 69 anos, e colocou-as em liberdade sob caução.

A liberdade de associação também continuou sob pressão em 2024. Em 23 de julho, o Instituto Cristão de Hong Kong anunciou a sua dissolução, explicando que o ambiente atual dificultava um cumprimento «livre» da sua missão. O grupo era membro da Frente Civil pelos Direitos Humanos, agora dissolvida, e da Aliança de Hong Kong.

Os **grupos da sociedade civil** dedicados aos direitos que ainda estão ativos na cidade continuaram a enfrentar pressões. O assédio institucional e anónimo contra intervenientes da sociedade civil, semelhante ao descrito pela HKJA, foi generalizado. Esse assédio envolveu igualmente outros departamentos governamentais, como as autoridades fiscais ou as autoridades responsáveis pela segurança contra incêndios. O cancelamento de fundos públicos e privados para algumas ONG também foi motivo de preocupação em 2024. No entanto, os intervenientes da sociedade civil ainda ativos na cidade demonstraram uma resiliência notável, explorando formas de aproveitar o espaço restante e, sempre que possível, expandi-lo.

A questão dos direitos dos reclusos continuou a suscitar preocupações. Em 2024, Chow Hang-tung, ativista pró-democracia e membro da Aliança de Hong Kong que está detida, foi repetidamente colocada em isolamento.

Em janeiro, um guarda prisional e quatro reclusos do estabelecimento prisional de Pik Uk foram acusados de «ferir deliberadamente» um recluso de 18 anos, que não era um preso político. O agente do Departamento de Serviços Prisionais terá infligido uma laceração anal e uma perfuração retal. Em junho, um agente reformado foi acusado, no mesmo processo, de não denunciar o ataque.

No relatório anual de 2023 sobre as suas visitas, publicado em setembro de 2024, os julgados de paz — líderes da comunidade nomeados sobretudo para visitar várias instituições penais de forma a garantir os direitos dos reclusos — receberam e trataram 71 queixas, o que representa um aumento de 69 % em relação ao ano anterior.

A liberdade académica continuou igualmente sob pressão. A autocensura foi generalizada, em especial nas ciências sociais e humanas. As vozes académicas críticas foram marginalizadas.

Num estudo de 80 páginas intitulado *We Can't Write the Truth Anymore: Academic Freedom in Hong Kong Under the National Security Law*, publicado em 24 de setembro, dois grupos de defesa dos direitos humanos sediados nos EUA, a Human Rights Watch e o Hong Kong Democracy Council, afirmaram que a legislação da cidade em matéria de segurança nacional teve efeitos profundos nos câmpus universitários. Em 2024, assistiu-se à fusão de vários departamentos de ciências sociais nas universidades de Hong Kong, em detrimento da «ciência política». Em agosto, a Universidade Chinesa de Hong Kong reestruturou o seu Departamento de Governo e Administração Pública, que já tinha 54 anos, reduzindo-o a um programa e integrando-o na nova Escola de Governação e Ciência Política. A Universidade da Cidade de Hong Kong também introduziu alterações, transformando o seu programa de licenciatura em Políticas Públicas e Ação Política para Assuntos e Gestão Públicos.

Em 2024, continuaram a surgir sinais promissores de progressos em matéria de direitos das pessoas LGBTIQ+ em Hong Kong. Em setembro de 2023, o Tribunal de Última Instância decidiu que as políticas em matéria de habitação e as leis sucessórias de Hong Kong que discriminam as pessoas em função da orientação sexual são inconstitucionais, o que constituiu mais um marco para os direitos das pessoas LGBTIQ+ em Hong Kong. Embora um deputado pró-Pequim tenha proposto um apelo à China para que revogasse a decisão, o Departamento da Justiça confirmou, em 6 de dezembro, que os «litígios devem ser resolvidos a nível local».

De Em 29 de abril, o ativista transgénero Henry Tse recebeu um novo bilhete de identidade, depois de conseguir atualizar o seu marcador de género na sequência de uma série de ações judiciais intentadas contra a administração da cidade ao longo de sete anos.

Em setembro de 2023, o Tribunal de Última Instância decidira que incumbia ao Governo apresentar, nos dois anos seguintes, um quadro alternativo para proteger as uniões entre pessoas do mesmo sexo. Em maio de 2024, o secretário dos Assuntos Constitucionais e do Continente reconheceu que as autoridades estavam a estudar essa questão «complexa». Entretanto, uma notícia dos meios de comunicação social publicada em 18 de junho revelou que o Gabinete dos Assuntos Constitucionais e do Continente reduziu para metade o seu financiamento a grupos da sociedade civil que apoiam minorias sexuais ao abrigo do regime de financiamento da igualdade de oportunidades (orientação sexual).

Em 2024, a **liberdade de religião** manteve-se globalmente protegida, embora haja sinais de um maior alinhamento estratégico com as expectativas políticas neste domínio. Num relatório intitulado *Hostile Takeover: The CCP (China Communist Party) and Hong Kong's Religious Communities*, publicado em 30 de janeiro de 2024, a Fundação do Comité para a Liberdade em Hong Kong, sediada nos EUA, reconheceu que «as perseguições religiosas em Hong Kong não foram tão graves como na China continental». No entanto, líderes religiosos da RAE foram pressionados a promover as prioridades do Partido Comunista, incluindo a aceitação da aplicação coerciva da segurança nacional. Pelo segundo ano consecutivo, uma igreja anglicana exibiu a bandeira nacional chinesa em 1 de outubro, o Dia Nacional, o que suscitou críticas de fiéis.

No que diz respeito aos **requerentes de asilo**, em 5 de novembro o secretário da Segurança revelou que o Governo de Hong Kong tinha fixado o objetivo de repatriar, todos os anos, pelo menos 1 320 «pessoas que requerem a não repulsão sem fundamento». A situação dos requerentes de asilo em Hong Kong continua a ser precária, uma vez que Hong Kong não assinou a Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951 nem o Protocolo relativo ao

Estatuto dos Refugiados de 1967. Em 2024, as organizações da sociedade civil que apoiam os requerentes de asilo estiveram sob pressão.

No que diz respeito aos **direitos laborais**, em 2024 o Conselho Consultivo do Trabalho chegou a um consenso no sentido de fixar o novo limiar para o «contrato contínuo» de trabalho em 68 horas no espaço de quatro semanas, a fim de alargar as prestações legais a mais trabalhadores²². As organizações sindicais comunicaram um aumento homólogo dos acidentes relacionados com o trabalho, especialmente na logística e nos armazéns. A Associação dos Direitos das Vítimas de Acidentes de Trabalho comunicou 19 mortes e seis feridos graves em 25 incidentes em 2024, contra apenas cinco acidentes nestes setores em 2023.

Os 400 000 trabalhadores domésticos migrantes de Hong Kong continuaram a ser um grupo vulnerável, apesar de disporem de um quadro jurídico relativamente avançado (numa perspetiva internacional), bem de acesso contínuo à justiça e de cobertura médica. A Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Domésticos Asiáticos de Hong Kong revelou que, em 2024, tinha tratado 13 casos de trabalhadores domésticos estrangeiros que foram pressionados a trabalhar mesmo estando doentes. Num caso, um trabalhador doméstico das Filipinas foi pressionado pelo seu empregador a não solicitar quimioterapia.

As autoridades de Hong Kong não publicaram dados oficiais sobre a percentagem da população que vive abaixo do limiar de pobreza desde 2021, o último ano em que esse limiar foi determinado. No seu discurso político, proferido em outubro de 2024, o Chefe do Executivo afirmou que, em 2024, cerca de 110 000 agregados familiares de Hong Kong viviam em apartamentos subdivididos. A legislação destinada a regulamentar essas habitações e melhorar as condições de vida dos inquilinos deverá ser apresentada, o mais tardar, em 2025.

II. Evolução económica

Hong Kong exerce uma autoridade independente na aplicação de acordos comerciais e define a política monetária de forma autónoma em relação à China continental. Em 2024, Hong Kong continuou a ser uma jurisdição juridicamente distinta da China continental, em especial no que se refere a questões de política económica. Conservou uma moeda própria, não restringida por limitações de capital, bem como estruturas regulamentares distintas para supervisionar as empresas que desenvolvem atividades no seu território. As prioridades do Governo durante o ano foram as seguintes: i) abrir-se ao mundo, incluindo os mercados do Médio Oriente e da Ásia; ii) atrair trabalhadores e empresas qualificados para Hong Kong; iii) apoiar a economia e a inovação; e iv) prosseguir a integração económica com a China continental.

Hong Kong foi o **quarto maior destino mundial de investimento direto estrangeiro (IDE)** em 2023, de acordo com o Relatório sobre o Investimento Mundial de 2024 publicado pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento²³. O último inquérito sobre empresas estrangeiras realizado pelo Governo de Hong Kong indica que o número de empresas estrangeiras no território aumentou em 2024, ultrapassando o número registado antes da COVID-19, continuando a UE a ser a maior comunidade empresarial não chinesa em Hong Kong. A presença de empresas da União Europeia cresceu de forma assinalável, com um aumento anual de 5,9 % do número de empresas em Hong Kong em 2024, ou seja, um aumento de 2,3 % em comparação com 2019. Pelo menos 1 640 empresas da UE estavam ativas em

²² A proposta de alteração será apresentada no primeiro semestre de 2025.

²³ Sítio Web da CNUCED:

<https://unctad.org/publication/world-investment-report-2024>.

Hong Kong em 2024. Metade delas utilizam a cidade para sede ou escritório regional, o que representa uma diminuição de 9,8 % em relação a 2019.

A economia de Hong Kong é **dominada pelos serviços** (que representam 94 % do PIB), incluindo os serviços financeiros e a logística, enquanto a indústria transformadora representa apenas uma pequena parte do PIB (1 %). Hong Kong é uma das principais **economias comerciais** a nível mundial (ocupando sétima posição na *World Trade Statistical Review 2023* da OMC, que contém os últimos dados disponíveis à data da redação do presente documento²⁴). O comércio de mercadorias, baseado sobretudo em reexportações, representa cerca de 299 % do PIB, o que indica a abertura da economia ao comércio²⁵.

A **população** de Hong Kong atingiu 7,53 milhões de pessoas em meados de 2024, o que representa um aumento de 0,1 % em relação ao final de 2023 e de 0,2 % em relação ao nível atingido imediatamente antes da pandemia de COVID-19 (final de 2019). Cerca de 170 000 residentes saíram de Hong Kong durante a pandemia²⁶.

Em 2024, a economia de Hong Kong cresceu pelo segundo ano consecutivo, com um aumento de 2,5 % do PIB em termos homólogos²⁷, após um aumento de 3,2 % em 2023. A taxa de crescimento situou-se no intervalo inferior das previsões do Governo constantes do orçamento para 2024-2025 (publicado em fevereiro de 2024), que estimava uma expansão do PIB de 2,5 % a 3,5 % para todo o ano. O crescimento económico foi apoiado: i) pelo aumento do comércio externo de bens e serviços, do setor da logística e da construção; e ii) por uma recuperação gradual do setor financeiro durante o ano. No entanto, o consumo privado diminuiu e os setores dependentes do turismo continuaram a registar um fraco desempenho em comparação com o período anterior à pandemia.

Em 2024, a inflação manteve-se moderada, com um aumento anual de 1,7 % do índice de preços no consumidor durante o ano²⁸. **A taxa de desemprego** foi de 3,1 % durante todo o ano de 2024, o que representa um ligeiro aumento em relação aos 2,9 % registados em 2023²⁹.

O **setor do comércio e da logística**, que representa 19 % do PIB de Hong Kong, recuperou durante o ano. O PIB das atividades de importação e exportação cresceu 2,6 % em termos homólogos nos primeiros nove meses de 2024³⁰ (após uma contração de 4,4 % durante todo o ano de 2023) e o valor do comércio externo de mercadorias de Hong Kong aumentou 7,3 % para 9,46 biliões de HKD (1,2 biliões de EUR)³¹ a nível anual³² (após uma descida de 6,7 %

²⁴ *World Trade Statistical Review 2023* da Organização Mundial do Comércio,

https://www.wto.org/english/res_e/publications_e/wtsr_2023_e.htm.

²⁵ Rácio do valor do comércio externo total em relação ao PIB, calculado com base nas estatísticas do PIB e do comércio externo (primeiros nove meses de 2024) do Serviço de Recenseamento e Estatísticas da Região Administrativa Especial de Hong Kong,

<https://www.censtatd.gov.hk/en/scode250.html>,

<https://www.censtatd.gov.hk/en/scode230.html>.

²⁶ Serviço de Recenseamento e Estatísticas da Região Administrativa Especial de Hong Kong,

https://www.censtatd.gov.hk/en/web_table.html?id=110-01001.

²⁷ Comunicado de imprensa do Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong,

https://www.news.gov.hk/eng/2025/02/20250203/20250203_163405_486.html.

²⁸ Serviço de Recenseamento e Estatísticas da Região Administrativa Especial de Hong Kong

https://www.censtatd.gov.hk/en/web_table.html?id=510-60001.

²⁹ Serviço de Recenseamento e Estatísticas da Região Administrativa Especial de Hong Kong

https://www.censtatd.gov.hk/en/web_table.html?id=210-06101#.

³⁰ Serviço de Recenseamento e Estatísticas da Região Administrativa Especial de Hong Kong

https://www.censtatd.gov.hk/en/web_table.html?id=310-34501#.

³¹ Convertido para euros, sendo 1 EUR = 8,2 HKD (no final de dezembro de 2024),

https://commission.europa.eu/funding-tenders/procedures-guidelines-tenders/information-contractors-and-beneficiaries/exchange-rate-infoeuro_pt.

³² Serviço de Recenseamento e Estatísticas da Região Administrativa Especial de Hong Kong

https://www.censtatd.gov.hk/en/web_table.html?id=410-50001#.

em 2023). A posição de Hong Kong enquanto plataforma de comércio de mercadorias é amplamente apoiada pelo seu papel de centro de trânsito e reexportação para a China continental.

O setor financeiro (que representa cerca de um quarto do PIB de Hong Kong, mas emprega apenas 7,2 % da mão de obra) cresceu 0,4 % em termos homólogos nos primeiros nove meses de 2024, após dois anos consecutivos de declínio (2022 e 2023)³³. O número de **ofertas públicas iniciais (OPI)** voltou a diminuir, para 71, em 2024, por oposição a 73 em 2023 e 90 em 2022. No entanto, o montante total angariado através de OPI aumentou 88,9 % em termos homólogos, para 87,5 mil milhões de HKD (10,7 mil milhões de EUR). Em 2024, Hong Kong foi o quarto maior centro mundial de OPI, em termos de valor, depois de ocupar a oitava posição em 2023 (Hong Kong ocupava a quarta posição em 2022 e 2021, a segunda em 2020 e a primeira em 2019).

Durante o ano, o **índice Hang Seng de Hong Kong** recuperou 17,7 %, enquanto a **capitalização bolsista** da Bolsa de Valores de Hong Kong aumentou 13,8 %, para 35,3 biliões de HKD (4,3 biliões de EUR). O volume de negócios médio diário do mercado aumentou 25,5 % em termos homólogos, para 132 mil milhões de HKD (16,1 mil milhões de EUR)³⁴. O índice Hang Seng aumentou 3,9 % no primeiro semestre de 2024 e 13,2 % no segundo. A recuperação no segundo semestre foi apoiada pela diminuição das taxas de juro nos EUA e em Hong Kong e por medidas de estímulo económico na China continental (as empresas da China continental representam 80 % da capitalização bolsista de Hong Kong). No final de outubro de 2024, Hong Kong era o oitavo maior mercado bolsista do mundo e o quinto maior mercado bolsista asiático por capitalização bolsista, bem como o maior centro de negócios *offshore* a nível mundial, em renmimbi.

O turismo e os setores dependentes do turismo ainda não recuperaram para o seu nível de 2018, que foi o último ano «normal» para os fluxos turísticos com destino a Hong Kong antes do início da pandemia de COVID-19. Hong Kong recebeu 44,5 milhões de visitantes em 2024, o que representa um aumento anual de 30,9 %, mas apenas 68 % do número de visitantes registado em 2018³⁵. Os visitantes da China continental representaram 76,5 % do total, ou seja, 34 milhões. Os turistas que chegam a Hong Kong gastam agora menos do que no passado e, nos primeiros nove meses de 2024 (último período para o qual existem dados disponíveis), os visitantes gastaram, *per capita*, cerca de 17 % menos do que em 2018. A par da diminuição do número de chegadas, tal resultou numa diminuição de 41 % das despesas mensais dos visitantes em comparação com 2018, para 16,1 mil milhões de HKD (2 mil milhões de EUR). Os setores dependentes do turismo (que incluem o comércio a retalho, a restauração, os transportes, as viagens e a hotelaria) foram também afetadas pela recuperação apenas parcial das chegadas de visitantes e pela redução das despesas. Nos primeiros nove meses de 2024, o PIB dos setores **do alojamento e da restauração** diminuiu 3,4 % em termos homólogos e foi 26,2 % inferior ao registado no mesmo período de 2019. O PIB **das vendas por grosso e a retalho** diminuiu 11,1 % no mesmo período e foi 44,6 % inferior ao de 2019. A queda das vendas a retalho e da restauração foi também agravada pelo aumento dos fluxos de residentes que viajam para a cidade vizinha de Shenzhen para compras e lazer.

³³ Serviço de Recenseamento e Estatísticas da Região Administrativa Especial de Hong Kong
https://www.censtatd.gov.hk/en/web_table.html?id=310-34501#.

³⁴ Estatísticas de mercado, sítio Web da Hong Kong Exchanges and Clearing Limited,
https://www.hkex.com.hk/Market-Data/Statistics/Consolidated-Reports/HKEX-Monthly-Market-Highlights?sc_lang=en.

³⁵ Chegadas de visitantes a Hong Kong, Conselho de Turismo de Hong Kong
https://partnet.hktdb.com/en/research_statistics/tourism_statistics_database/index.html.

O setor da **aviação** e os setores conexos continuaram a recuperar em 2024, mas o número de voos e de passageiros no Aeroporto Internacional de Hong Kong manteve-se abaixo dos níveis anteriores à pandemia. Em 2024, o número de voos de e para Hong Kong aumentou 31,6 %, para 363 309, e o número de passageiros aumentou 34,5 %, para 53,0 milhões, mas estes valores foram ainda, respetivamente, 13,5 % e 25,7 % inferiores aos de 2019. O transporte aéreo de mercadorias aumentou 14,1 % em termos homólogos, para 4,9 milhões de toneladas, em 2024 (também 4,2 % acima de 2019)³⁶. A abertura de uma terceira pista no aeroporto de Hong Kong em 2024 aumentará a capacidade anual de transporte de mercadorias para 10 milhões de toneladas e o número anual de passageiros para 120 milhões.

Nos primeiros nove meses do ano, os setores da **construção** e do **imobiliário** registaram aumentos de 7,3 % e 0,7 %, respetivamente, das suas contribuições para o PIB. Os preços dos imóveis diminuíram e as taxas de desocupação de escritórios aumentaram durante o ano, mas Hong Kong continua a ser, a nível mundial, uma das cidades em que é mais caro comprar ou arrendar um apartamento ou comprar ou alugar um escritório.

O **sistema de indexação da taxa de câmbio** da RAE manteve-se em vigor durante o ano, num intervalo entre 7,75 HKD e 7,85 HKD para 1 USD. Os ativos de reserva em moeda estrangeira mantiveram-se, na sua maioria, estáveis, terminando 2024 em 421,4 mil milhões de USD, face a 425,6 mil milhões de USD no final de 2023³⁷.

Espera-se que Hong Kong **registre um défice orçamental para o exercício de 2024-2025 (que termina em março de 2025)**. Este seria o quinto défice da RAE em seis anos, o que é invulgar para uma economia habituada a registar excedentes orçamentais. O orçamento apresentado em fevereiro de 2024 prevê um défice consolidado para o exercício de 2024-2025 de 144 mil milhões de HKD (17,6 mil milhões de EUR), equivalente a cerca de 4,5 % do PIB de Hong Kong, excluindo as receitas da emissão de títulos de dívida pública. Mais tarde, o Governo alertou que o défice seria consideravelmente mais elevado. O orçamento foi apresentado com a expectativa de que a economia crescesse entre 2,5 % e 3,5 %, em vez da percentagem de 2,5 % verificada.

Os défices são financiados através da emissão de títulos de dívida pública e da utilização das reservas orçamentais de Hong Kong. Consequentemente, as reservas orçamentais diminuíram para 664 mil milhões de HKD (80,9 mil milhões de EUR) em dezembro de 2024, o que representa uma diminuição de 4,1 % em termos homólogos e de 43,3 % em relação aos 1,2 biliões de HKD em março de 2019³⁸. As reservas são agora equivalentes a uma estimativa de 11 meses de despesas face a 24 meses em 2019. No mesmo período (março de 2019 a dezembro de 2024), a dívida pública de Hong Kong aumentou de 1,5 mil milhões de HKD para 293 mil milhões de HKD (35,7 mil milhões de EUR), ou seja, 9,2 % do PIB, devido à emissão de títulos de dívida.

Contexto empresarial

O **impacto duradouro das restrições rigorosas impostas pela COVID- 19** continuou a fazer-se sentir na economia local, apesar de terem sido levantadas há dois anos. Este impacto

³⁶ Sítio Web do Departamento da Aviação Civil do Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong, <https://www.cad.gov.hk/english/statistics.html>.

³⁷ Comunicado de imprensa do Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong, <https://www.info.gov.hk/gia/general/202501/07/P2025010700388.htm>.

³⁸ Sítio Web do Tesouro, Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong, https://www.treasury.gov.hk/internet/ehpubl_accou_monfinancial.html.

inclui a manutenção de um nível reduzido de voos e passageiros no aeroporto de Hong Kong e de um fraco desempenho no turismo e nos setores conexos. As restrições, nomeadamente sobre as viagens de e para o estrangeiro, complicaram ainda mais o funcionamento de uma sede regional em Hong Kong, e o número de empresas internacionais com sede regional em Hong Kong ainda não regressou aos níveis anteriores à pandemia (embora metade das empresas da UE presentes em Hong Kong ainda sejam sedes regionais). As regras rigorosas no âmbito da luta contra a COVID-19 também prejudicaram a reputação de Hong Kong enquanto centro empresarial propício a talentos estrangeiros.

A evolução política e jurídica em Hong Kong, incluindo a aplicação da legislação em matéria de segurança nacional, a liberdade de informação, a privacidade dos dados e as sanções, também contribui para fragilizar a posição de Hong Kong enquanto plataforma de negócios internacional para empresas e talentos estrangeiros.

A comunidade empresarial internacional considera importante que **Hong Kong mantenha uma economia aberta**, bem como uma sociedade internacional aberta e dinâmica, com vantagens como a livre circulação de capitais e de informação, a segurança dos dados e o acesso a uma reserva diversificada de talentos. Embora estas vantagens permaneçam, em grande medida, inalteradas, algumas empresas internacionais mudaram-se para outros polos regionais.

Apesar destes desafios, **muitos agentes do setor empresarial continuam a encarar Hong Kong como um centro empresarial competitivo**. Ter sede em Hong Kong proporciona, nomeadamente, as seguintes vantagens: i) um sistema fiscal simples e impostos baixos; ii) livre circulação de capitais e plena convertibilidade do dólar de Hong Kong; iii) sistema de direito consuetudinário; iv) baixos níveis de corrupção; v) localização geográfica; e vi) conectividade e acesso à China continental.

Fazer regressar talentos e empresas a Hong Kong continuou a ser uma prioridade política do Governo durante o ano. A **mão de obra** aumentou 0,3 % em termos homólogos, para 3,83 milhões de trabalhadores, até ao final de 2024, mas esse valor era ainda 3,5 % inferior ao registado antes da pandemia e da Lei da Segurança Nacional (3,97 milhões). Durante o ano, a maioria dos trabalhadores atraídos para Hong Kong ao abrigo de vários regimes públicos de atração de talentos eram nacionais da China continental (por exemplo, 98 % dos pedidos aprovados ao abrigo do regime de admissão de migrantes de qualidade; 92 % ao abrigo do regime de admissão de talentos tecnológicos; e 95 % ao abrigo do regime de isenção para grandes talentos).

O Governo anunciou, em novembro de 2024, que o Gabinete de Captação de Empresas Estratégicas tinha atraído um total de 57 empresas estratégicas para Hong Kong desde que iniciou as suas atividades em dezembro de 2022³⁹, na sua maioria provenientes da China continental e, em menor grau, de outras partes do mundo (incluindo a Europa).

Um recente inquérito anual às empresas estrangeiras em Hong Kong, realizado pelo Serviço de Recenseamento e Estatísticas de Hong Kong⁴⁰, indicou que o **número de empresas estrangeiras** (excluindo as empresas da China continental) aumentou 7,0 % em 2024, em comparação com 2023, para um máximo histórico de 7 340. De acordo com o inquérito, o

³⁹ Comunicado de imprensa do Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong, <https://www.info.gov.hk/gia/general/202411/11/P2024111100391.htm>.

⁴⁰ Relatório relativo ao inquérito anual às empresas em Hong Kong com empresas-mãe situadas fora de Hong Kong, Serviço de Recenseamento e Estatísticas da Região Administrativa Especial de Hong Kong (edição de 2024), <https://www.censtatd.gov.hk/en/wbr.html?ecode=B11100042024AN24&scode=360>.

número de empresas estrangeiras também recuperou para níveis acima dos anteriores à pandemia, com um aumento de 1,4 % em relação a 2019. No entanto, as empresas estrangeiras também eram mais pequenas, contando, em média, com 49,5 trabalhadores, o que representa uma diminuição de 4,4 % em relação a 2023 (51,8 trabalhadores) e de 9,2 % em relação a 2019 (54,5)⁴¹. O número de empresas estrangeiras (não chinesas) com sede regional na RAE continuou a ser claramente mais baixo, com uma diminuição de 17,8 % em relação a 2019, apesar de uma ligeira recuperação em termos homólogos (aumento de 1,0 % em relação a 2023). Entretanto, em 2024, **o número de empresas da China continental** sediadas em Hong Kong aumentou 20,3 % em termos homólogos e 45,6 % em comparação com 2019 (representam atualmente 26,3 % das empresas não estabelecidas em Hong Kong, contra 19,9 % em 2019).

No seu **discurso político anual, em 16 de outubro de 2024**, o Chefe do Executivo de Hong Kong propôs políticas para melhorar o desenvolvimento da economia de Hong Kong. Essas políticas incluem: i) a consolidação do estatuto da RAE como plataforma financeira, marítima e comercial; ii) a promoção de Hong Kong como centro de inovação e tecnologia (I&T); e iii) a revitalização do setor do turismo. O discurso político incluiu também uma proposta no sentido de fomentar o talento local e atrair ainda mais talentos e empresas, nomeadamente em fase de arranque, provenientes do estrangeiro. O discurso político estabeleceu igualmente que Hong Kong prosseguiria o desenvolvimento da metrópole setentrional nos novos territórios de Hong Kong e envidaria esforços no sentido de uma integração económica mais estreita com a conurbação da Grande Região da Baía de Hong Kong, Macau e Guangdong. As iniciativas mencionadas no discurso político incluem ainda as seguintes: i) reforço de Hong Kong enquanto centro de serviços jurídicos e de resolução de litígios e centro de comércio no domínio da propriedade intelectual; e ii) promoção da digitalização da economia de Hong Kong. Por último, o discurso político anunciou planos para fazer face à escassez e ao elevado custo dos imóveis: i) aumento da oferta de terrenos e de habitações sociais; e ii) regulamentação do arrendamento de unidades residenciais subdivididas.

Para promover Hong Kong enquanto **centro financeiro internacional**, o Governo prossegue políticas como: i) o aprofundamento do acesso mútuo aos mercados com a China continental; ii) o desenvolvimento das atividades *offshore* em renmimbi e a promoção da internacionalização do renmimbi (incluindo a disponibilização de mais produtos de investimento denominados em renmimbi); iii) o reforço de Hong Kong enquanto centro de gestão de riscos, gestão de ativos e gestão de património (incluindo participações privadas e gabinetes de gestão patrimonial); iv) a expansão de redes no estrangeiro (com destaque para o Médio Oriente e a ANSA); e v) a atração de mais empresas para cotação na Bolsa de Valores de Hong Kong. Em 2024, foram introduzidas alterações no processo de pedido de admissão à cotação⁴², nas regras de governo das sociedades⁴³ e no regime de transações com ações próprias⁴⁴, todas elas destinadas a incentivar mais empresas a cotarem-se na bolsa de Hong Kong. Além disso, em 2024, Hong Kong admitiu tanto a Bolsa de Valores de Abu Dabi como o Mercado Financeiro do Dubai como bolsas de valores reconhecidas⁴⁵ para apoiar a cotação secundária em Hong Kong de empresas que têm a sua cotação principal nessas duas bolsas. A

⁴¹ Rácios calculados pelo Gabinete da União Europeia, utilizando dados do inquérito anual às empresas em Hong Kong com empresas-mãe situadas fora de Hong Kong.

⁴² Declaração conjunta sobre a melhoria do calendário para o novo processo de pedido de admissão à cotação, https://www.hkex.com.hk/News/Regulatory-Announcements/2024/241018news?sc_lang=en.

⁴³ Comunicado de imprensa da Hong Kong Exchanges and Clearing Limited, https://www.hkex.com.hk/News/Regulatory-Announcements/2024/2412192news?sc_lang=en.

⁴⁴ Comunicado de imprensa da Hong Kong Exchanges and Clearing Limited, https://www.hkex.com.hk/News/Regulatory-Announcements/2024/240412news?sc_lang=en.

⁴⁵ Comunicado de imprensa da Hong Kong Exchanges and Clearing Limited, https://www.hkex.com.hk/News/Regulatory-Announcements/2024/240719news?sc_lang=en.

Bolsa de Valores de Hong Kong anunciou igualmente planos para abrir um escritório em Riade. O novo regime de entrada de investimento de capital foi aberto à apresentação de propostas a partir de março para atrair mais capital. Oferece às pessoas elegíveis a oportunidade de migrarem para Hong Kong sob a condição de realizarem investimentos de, pelo menos, 30 milhões de HKD no território. A promoção do financiamento verde e da tecnologia financeira (FinTech) são também prioridades fundamentais para o Governo.

No que diz respeito ao **financiamento verde**, a Autoridade Monetária de Hong Kong (HKMA) publicou, em maio, a taxonomia de Hong Kong para o financiamento sustentável, que abrange 12 atividades económicas em quatro setores, a saber, a produção de eletricidade, os transportes, a construção e a gestão da água e dos resíduos. De acordo com a HKMA, a taxonomia de Hong Kong foi concebida com base na taxonomia comum UE-China e na taxonomia da UE (entre outras), de forma também a facilitar a interação com as mesmas⁴⁶. Em dezembro de 2024, o Governo publicou o seu *Roteiro para a Divulgação de Informações relativas à Sustentabilidade*⁴⁷, que expressou o objetivo de Hong Kong de adotar as normas do Conselho Internacional de Normas de Sustentabilidade o mais tardar em 2028. O Governo de Hong Kong continuou também, em 2024, a emitir obrigações verdes adicionais no âmbito do programa de obrigações verdes do Estado, lançado em 2018.

Em junho, foi lançado um regime de subvenções para a prova de conceito da tecnologia financeira ecológica e sustentável, a fim de apoiar financeiramente a **tecnologia financeira ecológica**⁴⁸. Em outubro, Hong Kong emitiu uma declaração política sobre a aplicação da inteligência artificial (IA) no mercado financeiro⁴⁹. Em dezembro, o Governo publicou um projeto de lei relativo a um regime regulamentar para os emitentes de criptomoedas estáveis referenciadas em moeda fiduciária⁵⁰. Durante o ano, a HKMA continuou a testar e a explorar a utilização de moedas digitais dos bancos centrais, tanto em Hong Kong como em pagamentos transfronteiras. Além disso, foi concedida uma licença a cinco operadores de plataformas de negociação de ativos virtuais ao abrigo do novo regime de licenciamento da Comissão de Valores Mobiliários e Futuros de Hong Kong para esse tipo de plataformas, que entrou em vigor em 2023⁵¹. Em dezembro, o Governo de Hong Kong assumiu perante o Fórum Mundial sobre a Transparência e a Troca de Informações para Fins Fiscais da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos (OCDE) o compromisso de aplicar o quadro de comunicação de informações sobre criptoativos (CARF)⁵².

O discurso político do Chefe do Executivo mencionou igualmente planos para melhorar o estatuto de Hong Kong enquanto **centro internacional de aviação, comércio e transporte marítimo**. Tal inclui planos para: i) expandir a rede comercial de Hong Kong; ii) promover serviços marítimos e da cadeia de abastecimento de elevado valor acrescentado; iii) construir um «porto inteligente» e iv) promover o transporte marítimo ecológico. O Governo pretende

⁴⁶ Comunicado de imprensa da Autoridade Monetária de Hong Kong, <https://www.hkma.gov.hk/eng/news-and-media/press-releases/2024/05/20240503-3/>.

⁴⁷ Comunicado de imprensa do Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong, https://www.news.gov.hk/eng/2024/12/20241210/20241210_140433_513.html.

⁴⁸ Comunicado de imprensa do Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong, https://www.news.gov.hk/eng/2024/06/20240628/20240628_153810_154.html.

⁴⁹ Comunicado de imprensa do Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong, <https://www.info.gov.hk/gia/general/202410/28/P2024102800154.htm>.

⁵⁰ Comunicado de imprensa do Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong, <https://www.info.gov.hk/gia/general/202412/06/P2024120500406.htm>.

⁵¹ Sítio Web da Comissão de Valores Mobiliários e Futuros, <https://www.sfc.hk/en/Welcome-to-the-Fintech-Contact-Point/Virtual-assets/Virtual-asset-trading-platforms-operators/Lists-of-virtual-asset-trading-platforms>.

⁵² Comunicado de imprensa do Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong, https://www.news.gov.hk/eng/2024/12/20241213/20241213_184926_513.html.

também continuar a desenvolver o comércio de mercadorias e, em particular, o comércio de ouro. Em novembro, o Governo publicou um plano de ação para promover o fornecimento de combustíveis marítimos ecológicos⁵³, enquanto a Coligação para Combustíveis da Aviação Sustentáveis de Hong Kong publicou um livro branco relativo a uma estratégia para os combustíveis de aviação sustentáveis⁵⁴. No mesmo mês, o Aeroporto Internacional de Hong Kong abriu a sua terceira pista⁵⁵, com o objetivo de aumentar a capacidade anual para 120 milhões de passageiros e 10 milhões de toneladas de carga no prazo de 10 anos.

Durante o ano, o Governo de Hong Kong deu seguimento aos planos para continuar a transformar Hong Kong num centro de **inovação e tecnologia**, nomeadamente nos seguintes domínios: i) «nova industrialização» (incentivando a utilização da inovação e das tecnologias para desenvolver atividades de produção e fabrico competitivas em Hong Kong); ii) inovação no domínio da medicina e da saúde; iii) desenvolvimento de uma economia de baixa altitude (atividades económicas e indústrias que operam no espaço aéreo até 1 000 metros); iv) tecnologias aeroespaciais; e v) novas energias. O orçamento para 2024-2025 (publicado em fevereiro de 2024) afetou cerca de 24 mil milhões de HKD (2,9 mil milhões de EUR) a estas novas iniciativas. Em julho, foi criado um Gabinete de Política Digital⁵⁶ e, em setembro, foi lançado um novo regime de aceleração da industrialização no valor de 10 mil milhões de HKD (1,2 mil milhões de EUR) para incentivar a criação de instalações de produção «inteligentes»⁵⁷. Em dezembro, entrou em funcionamento um centro de supercomputação de inteligência artificial⁵⁸. Foi anunciado financiamento adicional para a criação de institutos de investigação nos domínios das ciências da vida e das tecnologias da saúde. Segundo o Governo, o número de empresas em fase de arranque na RAE aumentou 10 % em termos homólogos em 2024, para 4 694⁵⁹.

Prosseguiram os trabalhos de desenvolvimento da **metrópole setentrional**. Esta zona de desenvolvimento, a norte de Kowloon, terá bairros residenciais, uma zona de I&T, um centro logístico e uma infraestrutura ferroviária de ligação com o resto de Hong Kong e Shenzhen e permitirá uma maior integração de Hong Kong na Grande Região da Baía. No discurso político de 2024, o Chefe do Executivo, John Lee, referiu-se à metrópole setentrional como o novo motor do desenvolvimento económico de Hong Kong. Afirmou que, em 2024, o Governo aceleraria o desenvolvimento da metrópole setentrional, mantendo simultaneamente uma situação orçamental prudente. Em 2024, foi anunciado um novo processo, no âmbito do qual os promotores escolhidos desenvolverão coletivamente grandes parcelas de terreno (de 10 a 20 hectares), com o objetivo de acelerar o desenvolvimento e permitir a coordenação dos projetos. No primeiro semestre de 2026, será publicado um quadro conceptual para o desenvolvimento de uma cidade universitária na zona (para a qual estão reservados 80 hectares de terreno), para os estabelecimentos de ensino pós-secundário e para a colaboração em matéria

⁵³ Comunicado de imprensa do Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong, <https://www.info.gov.hk/gia/general/202411/15/P2024111500574.htm>.

⁵⁴ Sítio Web do Conselho do Ambiente Empresarial, https://bec.org.hk/sites/default/files/publications/SAF%20Strategy%20for%20HK_0.pdf.

⁵⁵ Comunicado de imprensa do Aeroporto Internacional de Hong Kong, https://www.hongkongairport.com/en/media-centre/press-release/2024/pr_1763.

⁵⁶ Comunicado de imprensa do Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong, <https://www.info.gov.hk/gia/general/202407/25/P2024072400394.htm>.

⁵⁷ Comunicado de imprensa do Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong, <https://www.info.gov.hk/gia/general/202409/16/P2024091600176.htm>.

⁵⁸ Comunicado de imprensa da Cyberport, [https://www.cyberport.hk/files/675749ae9d5c5006010568/\[Press%20Release\]%20Cyberport%20Artificial%20Intelligence%20Supercomputing%20Centre%20Officially%20Commences%20Operations.pdf](https://www.cyberport.hk/files/675749ae9d5c5006010568/[Press%20Release]%20Cyberport%20Artificial%20Intelligence%20Supercomputing%20Centre%20Officially%20Commences%20Operations.pdf).

⁵⁹ Comunicado de imprensa do Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong, https://www.news.gov.hk/eng/2024/12/20241227/20241227_123331_719.html.

de investigação com a China continental e o estrangeiro, estando prevista a construção de 60 000 unidades habitacionais na metrópole setentrional nos próximos cinco anos.

A metrópole setentrional também desempenha um papel importante no desenvolvimento da I&T. Um dos objetivos do Governo de Hong Kong consiste em promover o desenvolvimento do tecnopolo de San Tin (uma zona de I&T), nomeadamente através da disponibilização gradual de novas instalações de I&T a partir de 2026-2027. Em novembro, o Governo de Hong Kong publicou uma descrição geral dos seus planos de desenvolvimento para a zona⁶⁰, na qual descreveu a forma como iria continuar a desenvolver o Parque de Hong Kong (que integra, juntamente com o Parque de Shenzhen, a Zona de Cooperação para a Inovação Científica e Tecnológica de Shenzhen-Hong Kong) na metrópole setentrional. Um dos aspetos deste trabalho será a facilitação dos fluxos transfronteiriços de pessoal, materiais, financiamento e dados. Em abril, o Parque de Hong Kong assinou memorandos de entendimento com cerca de 60 empresas interessadas, sendo cerca de um quarto das mesmas provenientes do estrangeiro⁶¹. O discurso político de 2024 indicou que o primeiro lote de arrendatários — que inclui empresas que trabalham nos domínios das ciências da vida, das tecnologias da saúde, da IA e da ciência dos dados — poderia começar a mudar-se em 2025.

Outro grande projeto de desenvolvimento é a construção das **ilhas artificiais Kau Yi Chau**, a oeste da ilha de Hong Kong (o projeto abrange 1 000 ha, que serão urbanizados para criar zonas residenciais e empresariais). Em dezembro, foi apresentado um relatório de avaliação do impacto ambiental que descreve os trabalhos de regularização necessários⁶².

No que diz respeito às **políticas ambientais**, a proibição dos plásticos de utilização única entrou em vigor em abril⁶³ e incluía produtos como artigos de plástico descartáveis para serviço de mesa, talheres de plástico e escovas de dentes de plástico em restaurantes e hotéis. Em maio, o Governo adiou⁶⁴, durante a fase experimental, um regime de tarifação dos resíduos sólidos urbanos, que visava reduzir a eliminação de resíduos e aumentar a sua valorização. Um relatório do Departamento de Proteção do Ambiente publicado em dezembro⁶⁵ revelou que 67 % dos resíduos sólidos urbanos de Hong Kong foram depositados em aterros. Os restantes 33 % (1,97 milhões de toneladas) foram recuperados: 1,52 milhões foram exportados para fora de Hong Kong para reciclagem e 0,45 milhões foram reciclados localmente. Em junho, o Governo publicou uma estratégia para o desenvolvimento da economia do hidrogénio⁶⁶ e, em dezembro, anunciou um roteiro⁶⁷ para promover autocarros e táxis elétricos e expandir as instalações de carregamento elétrico.

Política comercial

⁶⁰ Comunicado de imprensa do Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong, <https://www.info.gov.hk/gia/general/202411/20/P2024112000145.htm>.

⁶¹ Comunicado de imprensa do Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong, https://www.news.gov.hk/eng/2024/04/20240418/20240418_151712_533.html.

⁶² Comunicado de imprensa do Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong, https://www.news.gov.hk/eng/2024/12/20241231/20241231_150510_663.html.

⁶³ Comunicado de imprensa do Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong, <https://www.info.gov.hk/gia/general/202410/20/P2024102000250.htm>.

⁶⁴ Comunicado de imprensa do Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong, <https://www.gov.hk/en/residents/environment/waste/management/mswcharging.htm>.

⁶⁵ Comunicado de imprensa do Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong, <https://www.info.gov.hk/gia/general/202412/19/P2024121900251.htm>.

⁶⁶ Comunicado de imprensa do Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong, https://www.news.gov.hk/eng/2024/06/20240617/20240617_171024_544.html.

⁶⁷ Comunicado de imprensa do Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong, https://www.news.gov.hk/eng/2024/12/20241210/20241210_170259_596.html.

Hong Kong celebrou **nove acordos de comércio livre (ACL)**. Celebrou acordos de comércio livre com a China continental (Acordo de Parceria Económica, ou CEPA, em junho de 2003, posteriormente reforçado), a Nova Zelândia (março de 2010), os Estados membros da Associação Europeia de Comércio Livre (junho de 2011), o Chile (setembro de 2012), Macau (outubro de 2017), a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ANSA, novembro de 2017), a Geórgia (junho de 2018), a Austrália (março de 2019) e o Peru (novembro de 2024). Hong Kong assinou igualmente 24 **acordos de promoção e proteção dos investimentos (IPPA)** com economias estrangeiras (nomeadamente com 10 Estados-Membros da UE), tendo sido concluídas negociações sobre IPPA (que aguardam assinatura) com as Maldivas e Mianmar.

Em março de 2024, Hong Kong e o Barém⁶⁸ assinaram um IPPA. Em novembro de 2024, Hong Kong assinou um ACL com o Peru⁶⁹. Estão a ser negociados IPPA com o Bangladexe, o Egito, o Peru, a Rússia e a Arábia Saudita. Em janeiro de 2024, Hong Kong e a Croácia assinaram um acordo global destinado a evitar a dupla tributação⁷⁰.

No seu discurso político de outubro de 2024, o Chefe do Executivo afirmou que Hong Kong continuaria a procurar aderir rapidamente à **Parceria Económica Regional Abrangente**, que inclui 15 países da região Ásia-Pacífico. Hong Kong apresentou o seu pedido de adesão em 2022, mas, no final de 2024, não tinha aderido à parceria.

Integração económica com a China continental

Em outubro de 2024, Hong Kong e a China continental assinaram um acordo para alterar o **Acordo de Parceria Abrangente e Reforçado (CEPA) relativo ao comércio de serviços**⁷¹. O novo acordo: i) introduz medidas adicionais de liberalização em vários setores dos serviços; ii) visa ajudar os prestadores de serviços de Hong Kong a estabelecer a sua presença e a fazer negócios no continente; e iii) facilita aos profissionais de Hong Kong a aquisição do direito de exercer na China continental. O acordo também flexibiliza as regras aplicáveis às empresas estrangeiras, incluindo as da União Europeia, em Hong Kong, para que possam mais facilmente obter o estatuto de prestadores de serviços em Hong Kong e beneficiar do CEPA. O CEPA relativo ao comércio de serviços foi assinado em novembro de 2015, alterado pela primeira vez em novembro de 2019 e complementado pelo CEPA relativo ao comércio de mercadorias (assinado em 2018).

No que diz respeito à **integração financeira e ao acesso mútuo**, os mercados de capitais de Hong Kong e da China continental estão ligados através do sistema Stock Connect, que liga a Bolsa de Valores de Hong Kong às suas contrapartes em Xangai e Shenzhen, bem como do sistema de acesso mútuo aos mercados obrigacionistas Bond Connect. Este foi complementado com o arranque, em setembro de 2021, do regime bidirecional transfronteiras de gestão de património na Grande Região da Baía Guangdong-Hong Kong-Macau («regime bidirecional transfronteiras»), que permite que os residentes elegíveis da China continental, de Hong Kong e de Macau invistam em produtos de gestão de património distribuídos por bancos no mercado da outra parte. Em 2023, os regimes Stock Connect foram reforçados, tendo sido lançada a

⁶⁸ Comunicado de imprensa do Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong, <https://www.info.gov.hk/gia/general/202403/03/P2024030300365.htm?fontSize=1>.

⁶⁹ Comunicado de imprensa do Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong, <https://www.info.gov.hk/gia/general/202411/16/P2024111600021.htm>.

⁷⁰ Comunicado de imprensa do Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong, <https://www.info.gov.hk/gia/general/202401/24/P2024012400293.htm>.

⁷¹ Comunicado de imprensa do Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong, <https://www.tid.gov.hk/english/aboutus/pressspeech/press/2024/20241009.html>.

respetiva vertente de negociação sul-norte, um sistema de acesso mútuo que liga os mercados de *swaps* de taxas de juro de Hong Kong e do continente.

Em janeiro de 2024, foram anunciadas medidas de atualização do regime bidirecional transfronteiras para: i) aperfeiçoar os critérios de elegibilidade dos investidores do continente; ii) alargar o âmbito das instituições participantes (de modo a incluir as empresas de investimentos mobiliários elegíveis) e dos produtos elegíveis; iii) aumentar a quota de investidores individuais; e iv) melhorar as modalidades de promoção e de venda⁷².

Em janeiro de 2024, a HKMA e o Banco Popular da China anunciaram seis medidas para aprofundar a cooperação financeira⁷³. Em abril, a Comissão Reguladora de Valores Mobiliários da China anunciou uma série de medidas para alargar o acesso mútuo dos investidores entre os mercados de capitais do continente e de Hong Kong⁷⁴, nomeadamente: i) expandir os fundos de índices cotados elegíveis e incluir sociedades de investimento imobiliário no âmbito do programa Stock Connect; ii) apoiar a inclusão do balcão de negociação em renminbi na vertente de negociação norte-sul da Stock Connect (permitindo aos investidores do continente comprar ativos financeiros no mercado bolsista de Hong Kong); iii) melhorar os mecanismos de reconhecimento mútuo dos fundos; e iv) incentivar as empresas do continente a cotarem-se em Hong Kong. Em maio, o Banco Popular da China, a Comissão de Valores Mobiliários e Futuros de Hong Kong e a HKMA anunciaram conjuntamente uma atualização dos acordos de acesso mútuo entre os mercados de *swaps* de taxas de juro do continente e de Hong Kong (Swap Connect)⁷⁵.

No que diz respeito à **Grande Região da Baía (GBA)**, as políticas de Hong Kong visam, em parte: i) aumentar a integração económica, a conectividade e a harmonização das regras e mecanismos; ii) facilitar o fluxo de mercadorias e de pessoas em toda a GBA; e iii) permitir aos residentes de Hong Kong viver e trabalhar na GBA. Em junho, foi criado o Comité de Cooperação Financeira Shenzhen-Hong Kong, que realizou a sua primeira reunião⁷⁶. Em julho, foram assinados seis acordos de cooperação por ocasião da 24.ª sessão plenária da Conferência Conjunta de Cooperação Hong Kong/Guangdong, incluindo acordos de cooperação em matéria de justiça, ensaios e certificação, segurança alimentar e cuidados de saúde. O discurso político de 2024 indicou que o Governo de Hong Kong trabalharia no sentido de facilitar ainda mais o reconhecimento das qualificações profissionais e promover o fluxo de dados, a cooperação médica e os ensaios clínicos a nível transfronteiriço. O discurso político anunciou igualmente que o parque logístico do Aeroporto Internacional de Hong Kong, na cidade de Dongguan, na China, continuará a ser desenvolvido, sendo igualmente aprofundada a colaboração com o aeroporto de Zhuhai, situado na China, a oeste de Hong Kong e imediatamente a norte de Macau. Em novembro, foi assinado um acordo entre a Autoridade Aeroportuária de Hong Kong (AAHK) e a Zhuhai Transportation Holdings Group para a aquisição de uma participação de 35 % no aeroporto de Zhuhai pela AAHK⁷⁷. O discurso político assinalou igualmente que a Hong Kong Investment Corporation Limited, um veículo de investimento do Governo de Hong

⁷² Circular da Autoridade Monetária de Hong Kong,

<https://www.hkma.gov.hk/media/eng/doc/key-information/guidelines-and-circular/2024/20240124e2.pdf>.

⁷³ Comunicado de imprensa da Autoridade Monetária de Hong Kong:

<https://www.hkma.gov.hk/eng/news-and-media/press-releases/2024/01/20240124-3/>.

⁷⁴ Comunicado de imprensa do Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong,

https://www.news.gov.hk/eng/2024/04/20240419/20240419_190851_206.html.

⁷⁵ Comunicado de imprensa do Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong,

<https://www.info.gov.hk/gia/general/202405/13/P2024051300698.htm>.

⁷⁶ Comunicado de imprensa do Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong,

<https://www.info.gov.hk/gia/general/202406/13/P2024061300459.htm>.

⁷⁷ Comunicado de imprensa do Aeroporto Internacional de Hong Kong,

https://www.hongkongairport.com/en/media-centre/press-release/2024/pr_1762.

Kong, também estudará o investimento em projetos na GBA. O reforço da colaboração jurídica com a GBA é também um elemento central da política governamental. O discurso político estabelece planos para aplicar e alargar as medidas que permitem que as empresas com investimentos em Hong Kong adotem a legislação de Hong Kong e optem pela arbitragem em Hong Kong quando exercem atividades na GBA. Em junho, o Departamento de Justiça de Hong Kong e o Supremo Tribunal Popular da China assinaram um memorando de entendimento sobre a criação de uma plataforma de interface para a cooperação judiciária e jurídica na GBA.

III. Relações entre Hong Kong e a China continental

Em 18 de julho, terminou a terceira sessão plenária do 20.º Congresso do Comité Central do Partido Comunista (PCC). A terceira sessão plenária definiu o rumo para o desenvolvimento económico futuro da China. Numa secção intitulada «Prosseguir uma abertura de alto nível», a decisão da terceira sessão plenária explicou que, «aproveitando os pontos fortes institucionais do sistema “um país, dois sistemas”, nós [o Partido] procuraremos consolidar e reforçar o estatuto de Hong Kong enquanto centro financeiro, marítimo e comercial internacional, ajudar Hong Kong e Macau a reforçarem-se como plataformas internacionais de talentos de alto nível e melhorar os mecanismos pertinentes para que as duas regiões desempenhem um papel mais importante na abertura da China ao mundo exterior. Incentivaremos a cooperação entre Guangdong, Hong Kong e Macau na Grande Região da Baía, promovendo um maior alinhamento das regras e dos mecanismos.»

A convite do Governo de Hong Kong, o vice-presidente da Comissão da Constituição e do Direito da Assembleia Popular Nacional da China, Shen Chunyao, e o secretário do Grupo de Liderança do PCC no Ministério do Comércio e ministro do Comércio, Wang Wentao, visitaram Hong Kong entre 26 e 27 de agosto para explicar as implicações da decisão da terceira sessão plenária para a RAE. Os dois responsáveis realizaram uma sessão à porta fechada com cerca de 400 funcionários do Governo central e dirigentes de empresas públicas estabelecidas na cidade e outra reunião à porta fechada com 500 funcionários e titulares de cargos do Governo de Hong Kong. Posteriormente, realizou-se outra sessão aberta com cerca de 700 representantes dos setores empresarial, profissional, da educação, dos meios de comunicação social e da juventude.

O diretor do Gabinete de Trabalho de Hong Kong e Macau do Comité Central do PCC e do Gabinete dos Assuntos de Hong Kong e Macau do Conselho de Estado, Xia Baolong, realizou uma visita de inspeção a Hong Kong entre 22 e 28 de fevereiro de 2024. Durante a visita, o Governo central acrescentou as cidades continentais de Xi'an e Qingdao ao regime de viajantes individuais, o que permite aos residentes destas duas cidades visitar Hong Kong.

Em 28 de fevereiro, o Chefe do Executivo salientou que o desenvolvimento económico e a governação distrital eram os dois temas centrais da visita de Xia Baolong. Este último reconheceu o trabalho do Governo da RAE e declarou que o Governo central da China «apoia plenamente» o desenvolvimento da cidade. Além disso, Xia Baolong recordou o trabalho do Conselho Distrital renovado e das «equipas de serviço à comunidade» recentemente criadas.

O dia 15 de abril de 2024 foi o Dia da Educação para a Segurança Nacional e assinalou o 10.º aniversário do conceito de «abordagem holística da segurança nacional», tal como proposto pelo presidente Xi Jinping. Num discurso proferido em 15 de abril, o diretor Xia

Baolong reiterou que a cidade se deveria «ater firmemente» aos princípios da segurança nacional e instou a cidade a «adaptar-se ativamente à nova situação e aos novos desafios» num contexto interno e externo em mutação.

Em 2024, as autoridades da China continental aumentaram as suas interações com a comunidade empresarial local. Numa carta de resposta datada de 30 de julho, o presidente chinês Xi Jinping incentivou os empresários de Hong Kong com raízes em Ningbo, uma cidade na costa oriental da China, a «integrarem-se melhor na reforma e no desenvolvimento nacionais e a darem um maior contributo para a modernização chinesa».

Em 8 de novembro de 2024, o diretor do Gabinete dos Assuntos de Hong Kong e Macau, Xia Baolong, pediu a 29 líderes empresariais locais que «assumissem a responsabilidade» pelo desenvolvimento económico da cidade num «ambiente externo em mutação».

Em 29 de novembro de 2024, sob a «orientação» do Gabinete dos Assuntos de Hong Kong e Macau e com o «apoio» do Gabinete de Ligação do Governo central, o Governo de Hong Kong organizou uma cerimónia para a comunidade empresarial local se comprometer a apoiar a metrópole setentrional, uma nova zona de desenvolvimento na parte noroeste de Hong Kong e adjacente à cidade vizinha de Shenzhen. Participaram no evento mais de 80 representantes das empresas, tendo 35 deles assinado acordos destinados a contribuir para o desenvolvimento da metrópole setentrional, com um investimento total previsto de mais de 100 mil milhões de HKD (11,9 mil milhões de EUR).

As autoridades do continente e de Hong Kong trabalharam em conjunto em 2024 para melhorar a eficiência das fronteiras. Em julho, o secretário da Segurança de Hong Kong, Chris Tang, revelou que dois pontos de controlo com a cidade continental vizinha de Shenzhen adotariam uma «autorização conjunta», que permitiria aos viajantes aguardar apenas numa fila de espera, e não em duas, para a inspeção dos seus documentos.

Entre 3 e 10 de novembro, uma delegação de 20 juízes e oficiais de justiça de Hong Kong deslocou-se à região chinesa de Sichuan para uma visita que fazia parte dos intercâmbios profissionais em curso entre juízes e oficiais de justiça de Hong Kong e do continente.

Em 20 de agosto de 2024, pela primeira vez em 14 anos, realizou-se em Hong Kong a Conferência Mundial para a Promoção da Reunificação Pacífica da China. Shi Taifeng, membro do Politburo do PCC e diretor do Departamento de Trabalho da Frente Unida do PCC, interveio na conferência, afirmando que a aplicação do princípio «um país, dois sistemas» em Hong Kong desempenhou um papel fundamental na consecução da «reunificação do país».

Em 2024, após uma interrupção de nove anos, Shenzhen retomou o regime de visitas individuais com entradas múltiplas para os residentes permanentes de Shenzhen, o que lhes permite visitar Hong Kong. Em 1 de dezembro, Shenzhen alargou este regime aos titulares de uma autorização de residência na cidade. O Governo de Hong Kong afirmou, numa declaração publicada em 29 de novembro, que esperava que o novo regime «aumentasse substancialmente o número de visitantes de Hong Kong, estimulasse ainda mais os setores do turismo, do comércio a retalho e da restauração de Hong Kong e desse um novo impulso à economia de Hong Kong».

Em janeiro de 2024, entrou em vigor, após a conclusão dos trabalhos legislativos pertinentes, um acordo sobre o reconhecimento e execução recíprocos de decisões em matéria civil e

comercial entre os tribunais do continente e da Região Administrativa Especial de Hong Kong, assinado em janeiro de 2019.

Em 2024, a China continental foi **o maior parceiro comercial de Hong Kong no que diz respeito ao comércio de mercadorias**, representando 51,0 % do comércio total de Hong Kong. Por sua vez, Hong Kong é uma importante plataforma de comércio para a China continental, tendo-se classificado como o quarto maior parceiro comercial da China em 2024.

Hong Kong continuou a ser **um centro financeiro *offshore* e uma plataforma de investimento fundamental para a China continental em 2024**. Em 2023 (último ano para o qual existem dados disponíveis), a China continental foi a maior fonte de investimento direto estrangeiro (IDE) do exterior para Hong Kong, excluindo os centros *offshore*, e o primeiro destino de IDE de Hong Kong no exterior, representando 31 % do fluxo de IDE do exterior e 50 % do fluxo total de IDE no exterior⁷⁸. Por sua vez, Hong Kong é a maior fonte de IDE na China continental e o principal destino do IDE da China continental no exterior, representando 59,2 % do seu IDE do exterior e 59,3 % do seu IDE no exterior (2023)⁷⁹. No final de dezembro, havia 1 478 empresas da China continental cotadas na Bolsa de Valores de Hong Kong, representando 79,8 % da capitalização bolsista total e 90,8 % do volume de negócios em ações.

IV. Relações bilaterais e cooperação entre a UE e Hong Kong

Em 2024, o Gabinete da UE em Hong Kong realizou reuniões regulares com as autoridades do território, incluindo o Chefe do Executivo, durante as quais transmitiu preocupações quanto à erosão da democracia e dos direitos humanos em Hong Kong e à aplicação da Lei da Segurança Nacional. O Gabinete da UE esteve também em contacto com o Gabinete do Comissário do Ministério dos Negócios Estrangeiros da China (OCMFA). O atual chefe do Gabinete da UE tomou posse em setembro e já se reuniu com a maioria dos altos funcionários do Governo de Hong Kong, bem como com uma série de intervenientes locais importantes do mundo empresarial, do meio académico e da sociedade civil.

Em 2024, o Gabinete da UE facilitou e apoiou as visitas de funcionários da UE a Hong Kong. Em 13 e 14 de abril, o diretor executivo do Serviço Europeu para a Ação Externa responsável pela região Ásia-Pacífico, Niclas Kvarnström, visitou Hong Kong. O mesmo aconteceu, ao longo do ano, com a diretora-geral adjunta e dois dirigentes da Direção-Geral da Estabilidade Financeira, dos Serviços Financeiros e da União dos Mercados de Capitais (DG FISMA) da Comissão Europeia. O presidente da Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados e vários funcionários de governos dos Estados-Membros da UE visitaram também Hong Kong em 2024.

Vários funcionários de Hong Kong realizaram visitas à União Europeia e aos Estados-Membros da UE em 2024. Em maio, o secretário da Inovação, Tecnologia e Indústria de Hong Kong reuniu-se com a comissária europeia responsável pela Inovação, Investigação, Cultura, Educação e Juventude, em Bruxelas.

⁷⁸ Relatório estatístico sobre as estatísticas de investimento direto externo de Hong Kong (edição de 2023), 10 de dezembro de 2024, disponível em <https://www.censtatd.gov.hk/en/EIndexbySubject.html?pcode=B1040003&scode=260>.

⁷⁹ Conselho de Hong Kong para o Desenvolvimento do Comércio, <https://research.hktdc.com/en/article/MzIwNjcyMDYx>.

Como previsto nas Conclusões do Conselho, de julho de 2020, sobre Hong Kong⁸⁰, o Gabinete da UE e os cônsules-gerais dos Estados-Membros da UE em Hong Kong continuaram a observar julgamentos, tendo estado presentes em 80 sessões em tribunal em 2024.

Em 2024, o Gabinete da UE continuou a organizar eventos artísticos para promover o respeito pelos direitos humanos. Em estreita coordenação com a comunidade ucraniana em Hong Kong, o Gabinete da UE organizou, em 24 de fevereiro, um painel de debate para assinalar o segundo aniversário da invasão da Ucrânia pela Rússia. A fim de aumentar a sensibilização em Hong Kong para a atual guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, o Gabinete da UE abriu o Festival de Cinema da UE realizado em Hong Kong e o Festival de Cinema Documental UE-Ásia com produções ucranianas e organizou duas projeções de filmes ucranianos em universidades locais.

Em 9 de novembro, o Gabinete da UE, em cooperação com a escola de jornalismo de uma universidade local de Hong Kong, organizou uma projeção do documentário *20 Days in Mariupol*, premiado com um Óscar, e um painel de debate para assinalar o Dia Internacional pelo Fim da Impunidade de Crimes contra Jornalistas (2 de novembro) e o milésimo dia da guerra em grande escala da Rússia contra a Ucrânia (19 de novembro).

O Gabinete da UE continuou também a coorganizar o Festival de Cinema Documental UE-Ásia de Hong Kong, realizado anualmente, para chamar a atenção para as desigualdades sociais.

Em dezembro de 2024, o Gabinete da UE coorganizou o prémio artístico anual «Cores da Humanidade», anteriormente conhecido como Prémio Artístico dos Direitos Humanos de Hong Kong.

A fim de expressar o compromisso da UE com os princípios da igualdade e da não discriminação e o seu apoio aos direitos das pessoas LGBTIQ+, o Gabinete da UE organizou uma projeção de filmes e um painel de debate centrados nas uniões civis e na igualdade matrimonial, que reuniram a sociedade civil, a comunidade empresarial, o corpo diplomático e os decisores políticos. Em 2024, o Gabinete da UE voltou a participar na marcha anual do orgulho de Hong Kong.

O Gabinete da UE manteve contactos regulares com grupos da sociedade civil de Hong Kong que se dedicam a uma série de temas, incluindo os direitos dos presos e a situação dos requerentes de asilo. Em 17 de dezembro de 2024, o Gabinete da UE coorganizou igualmente um almoço com ONG e representantes de organismos oficiais dedicado à saúde mental dos jovens.

Em 2024, o Gabinete da UE, juntamente com os parceiros locais, organizou o terceiro evento anual «Green Way». Trata-se de uma conferência para promover o intercâmbio de ideias sobre a melhor forma de combater as alterações climáticas. O evento contou com participantes de alto nível tanto do Governo (incluindo o Chefe do Executivo, John Lee) como da indústria, e o evento deste ano resultou em recomendações no sentido de permitir uma maior integração da indústria e das normas da UE para apoiar a agenda ambiental de Hong Kong. Além disso, no âmbito do evento, realizaram-se ações de sensibilização do público para as políticas pertinentes da UE, nomeadamente sobre a agenda digital e ecológica, a diretiva relativa ao dever de diligência e a prestação de informações em matéria ambiental, social e de governação.

⁸⁰ Conclusões do Conselho sobre Hong Kong, 24 de julho de 2020, disponíveis em <https://www.consilium.europa.eu/media/45222/council-conclusions-on-hong-kong.pdf>.

Em 2024, de acordo com o inquérito anual sobre empresas estrangeiras⁸¹ realizado pelo Serviço de Recenseamento e Estatísticas de Hong Kong⁸², **a UE continuou a ser a maior comunidade empresarial estrangeira não chinesa na cidade**, à frente do Japão, dos EUA e do Reino Unido. Pelo menos 1 640 empresas da UE estavam ativas em Hong Kong em 2024. Cerca de metade delas (800) utilizavam a cidade como sede ou escritório regional. As empresas da UE desenvolviam atividades em muitos setores, incluindo os serviços financeiros e empresariais, o comércio e a logística, o comércio a retalho, a restauração, a construção e a engenharia. O inquérito revelou que o número de empresas da UE registado foi 5,9 % superior ao de 2023. Isto significa que o número de empresas da UE em Hong Kong ultrapassou os níveis anteriores à COVID-19 e à Lei da Segurança Nacional, tendo em conta que, em 2024, o número de empresas da UE presentes em Hong Kong aumentou 2,3 % relativamente a 2019 (enquanto o número total de empresas estrangeiras não chinesas aumentou numa percentagem menor no mesmo período, ou seja, 1,4 %). No entanto, o inquérito mostra igualmente que o número de empresas da UE com sede regional em Hong Kong continua a ser inferior aos níveis de 2019 (–9,8 % em 2024 em relação a 2019), embora a diminuição do número de sedes regionais das empresas da UE localizadas em Hong Kong tenha sido significativamente menor do que no conjunto das empresas estrangeiras não chinesas (–17,8 % no mesmo período).

Em 2024, **o comércio bilateral de mercadorias entre a UE e Hong Kong ascendeu a 28,3 mil milhões de EUR**, o que representa uma diminuição de 8,7 % em relação ao mesmo período de 2023. As exportações de mercadorias da UE para Hong Kong ascenderam a 24,1 mil milhões de EUR, ao passo que as importações de Hong Kong para a UE totalizaram 4,3 mil milhões de EUR, o que resultou num **excedente de 19,8 mil milhões de EUR** para a UE⁸³. **A UE foi o quarto maior parceiro comercial de Hong Kong no que diz respeito ao comércio de mercadorias** em 2024, a seguir à China continental, a Taiwan e aos EUA⁸⁴. Hong Kong continuou a ser uma importante plataforma comercial entre a China continental e a UE.

A UE foi o **terceiro maior** parceiro comercial de Hong Kong no setor dos serviços em 2022 (de acordo com o Serviço de Recenseamento e Estatísticas de Hong Kong, sendo 2022, à data da redação do presente documento, o último ano completo para o qual estavam disponíveis dados)⁸⁵. Em 2023, Hong Kong foi o **11.º maior** parceiro da UE no comércio de serviços (Eurostat)⁸⁶. Os dados do Eurostat mostram que o comércio de serviços da UE com Hong Kong ascendeu a 38,4 mil milhões de EUR em 2023, o que representa uma diminuição de 10,6 % em termos homólogos. Em 2023, as exportações de serviços da UE para Hong Kong representaram 24,3 mil milhões de EUR e as importações de Hong Kong ascenderam a 14,1 mil milhões de EUR, o que resultou num excedente de 10,3 mil milhões de EUR para a UE. Os principais serviços comercializados são os transportes, as telecomunicações, os serviços financeiros e outros serviços prestados às empresas.

⁸¹ O inquérito fornece apenas dados sobre o número de empresas. Não reflete as empresas da UE que reduzem ou deslocam atividades e/ou pessoal (incluindo durante a pandemia).

⁸² Relatório relativo ao inquérito anual às empresas em Hong Kong com empresas-mãe situadas fora de Hong Kong, Serviço de Recenseamento e Estatísticas da Região Administrativa Especial de Hong Kong (edição de 2024), <https://www.censtatd.gov.hk/en/wbr.html?ecode=B11100042024AN24&scode=360>.

⁸³ Fonte: Eurostat, Comércio de mercadorias da União Europeia, <https://ec.europa.eu/eurostat/comext/newxtweb/>.

⁸⁴ Serviço de Recenseamento e Estatísticas da Região Administrativa Especial de Hong Kong <https://www.censtatd.gov.hk/en/scode230.html>.

⁸⁵ Serviço de Recenseamento e Estatísticas da Região Administrativa Especial de Hong Kong, <https://www.censtatd.gov.hk/en/EIndexbySubject.html?pcode=B1020011&scode=240>.

⁸⁶ Eurostat, Comércio de serviços da União Europeia, <https://ec.europa.eu/eurostat/data/database>.

A UE foi o quinto maior investidor em Hong Kong e o sexto maior destino do IDE de Hong Kong a nível mundial em 2023 (estatísticas de Hong Kong, sendo 2023, à data da redação do presente documento, o último ano para o qual estavam disponíveis dados). Segundo o Eurostat, Hong Kong foi a nona maior fonte de fluxos de IDE para a UE em 2023, no valor de 157,3 mil milhões de EUR (uma diminuição de 19 % em termos homólogos), e o 19.º maior destino de fluxos de IDE da UE, com 82,1 mil milhões de EUR (-26,0 % em termos homólogos)⁸⁷.

No início do ano, até maio de 2024, o projeto do Mecanismo de Apoio ao Diálogo Político entre a UE e Hong Kong e Macau constituiu uma plataforma para debates sobre temas como a sustentabilidade. Em dezembro de 2024, foi lançado o novo Mecanismo para o Diálogo Político e a Diplomacia Pública com Hong Kong e Macau. Este projeto de três anos apoia o diálogo contínuo do Gabinete da UE com as principais entidades homólogas em Hong Kong sobre temas estratégicos de interesse mútuo, principalmente através de eventos conjuntos, da elaboração de estudos e da produção de materiais de promoção da notoriedade.

Em dezembro de 2024, o Conselho da União Europeia alterou a Decisão 2014/145/PESC que impõe medidas restritivas no que diz respeito a ações que comprometam ou ameacem a integridade territorial, a soberania e a independência da Ucrânia e a Decisão 2014/512/PESC que impõe medidas restritivas tendo em conta as ações da Rússia que desestabilizam a situação na Ucrânia⁸⁸. Um dos resultados desta alteração foi o aditamento de entidades de Hong Kong à lista constante do anexo da Decisão 2014/145/PESC e dos anexos da Decisão 2014/512/PESC.

⁸⁷ Eurostat, Estatísticas de investimento direto da União Europeia,
<https://ec.europa.eu/eurostat/data/database>.

⁸⁸ Comunicado de imprensa do Conselho da União Europeia,
<https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2024/12/16/russia-s-war-of-aggression-against-ukraine-eu-adopts-15th-package-of-restrictive-measures/>.